



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

MÔNICA DIAS RIBEIRO

**MULHERES NEGRAS DA REGIÃO OESTE DE LONDRINA:
SITUAÇÕES SOCIAIS DE DESIGUALDADES E DE
DISCRIMINAÇÕES RACISTAS E SEXISTAS**

MÔNICA DIAS RIBEIRO

**MULHERES NEGRAS DA REGIÃO OESTE DE LONDRINA:
SITUAÇÕES SOCIAIS DE DESIGUALDADES E DE
DISCRIMINAÇÕES RACISTAS E SEXISTAS**

Trabalho apresentado ao Programa de Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Ileizi Fiorelli Silva

Londrina
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Ribeiro, Mônica Dias.

Mulheres negras da região oeste de Londrina : situações sociais de desigualdades e discriminações racistas e sexistas. / Mônica Dias Ribeiro. - Londrina, 2016.
107 f. : il.

Orientador: Ileizi Fiorelli Silva.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2016.
Inclui bibliografia.

1. Mulheres Negras - Teses. 2. Racismo - Teses. 3. Sexismo - Teses. 4. Desigualdades - Teses. I. Fiorelli Silva, Ileizi. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

MÔNICA DIAS RIBEIRO

**MULHERES NEGRAS DA REGIÃO OESTE DE LONDRINA:
SITUAÇÕES SOCIAIS DE DESIGUALDADES E DE DISCRIMINAÇÕES
RACISTAS E SEXISTAS**

Trabalho apresentado ao Programa de Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr^a Ileizi Fiorelli Silva
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof^o Dr^o Fábio Lanza
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof^a Dr^a Marivania Conceição de Araújo
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Londrina, 15 de março de 2016.

Dedico à minha mãe Lourdes, à minha avó Maria José (*in memoriam*), mulheres negras que diariamente vivenciaram a reprodução do racismo e sexismo, à minha companheira Daiane que me fortaleceu e apoiou em todos os momentos, aos meus familiares que torceram para que eu concluísse esta pesquisa, e a todas as mulheres negras que, mesmo com todas as adversidades encontradas em nossa sociedade, por causa do racismo e sexismo, não desistem de lutar e confiar em um futuro melhor para seus filhos e filhas, sobretudo para si.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Mestrado de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina e à CAPES pelo financiamento;

À professora Ileizi Fiorelli Silva por aceitar me orientar nesta etapa final do programa de pós graduação;

A toda equipe de coordenação do programa pela compreensão nos momentos de decisão;

Aos professores(as) Fábio Lanza, Marivania, Maria Nilza da Silva, que participaram direta e indiretamente desta minha trajetória de formação acadêmica;

A minha mãe, Lourdes, que sempre me deu conselhos para não desistir diante das adversidades , e que me ensinou a manter - me firme em minhas escolhas;

A minha companheira Daiane, que demonstrou toda a sua paciência e generosidade necessária diante dos desafios que surgiram no decorrer desta pesquisa ;

Ao meu pai Antônio e familiares, Anderson, Gustavo, Silvana, Ana Paula, Eduardo e José Pedro, pelo apoio, força e inspiração;

E a todas as mulheres negras que contribuíram e contribuem para a construção da investigação proposta neste trabalho.

*Eu sou crioula decente
Não sou vil
Estou nas cordas
Em equilíbrio
De um Brasil
A minha cor apavora
Essa raça agride ouvi dizer
Não é nos dentes do negro
Não é no sexo do negro
É na arte do negro
De viver Melhor dizendo
Sobreviver
Com essa coisa que arrasta
O tronco que tentam esconder
Mas esses troncos existem
No conviver
Os troncos estão nas favelas
Vejo troncos nas vielas
Nas moradias fedidas
Nas peles sem esperança
Nas enxurradas de não
No jogo das damas e reis
Eu me perdi
Nas rotas dos estiletos
Nas celas e nos engodos
Negro carretel de rolo
Querem fazer um mundo
Marginal crioulo.*

Alzira Rufino.



¹ Desenho desenvolvido para essa dissertação por Gabriel Henrique, integrante do Empreendimento Econômico Solidário – Art Nossa, da cidade de Londrina desde Julho de 2015.

Mulata Exportação

*“Mas que nega linda
E de olho verde ainda
Olho de veneno e açúcar!
Vem nega, vem ser minha desculpa
Vem que aqui dentro ainda te cabe
Vem ser meu álibi, minha bela conduta
Vem, nega exportação, vem meu pão de açúcar!
(Monto casa procê mas ninguém pode saber, entendeu meu dendê?)
Minha tonteira minha história contundida
Minha memória confundida, meu futebol, entendeu meu gelol?
Rebola bem meu bem-querer, sou seu improviso, seu karaôquê;
Vem nega, sem eu ter que fazer nada. Vem sem ter que me mexer
Em mim tu esqueces tarefas, favelas, senzalas, nada mais vai doer.
Sinto cheiro docê, meu maculelê, vem nega, me ama, me colore
Vem ser meu folclore, vem ser minha tese sobre nego malê.
Vem, nega, vem me arrasar, depois te levo pra gente sambar.”
Imaginem: Ouvi tudo isso sem calma e sem dor.
Já preso esse ex-feitor, eu disse: “Seu delegado...”
E o delegado piscou.
Falei com o juiz, o juiz se insinuou e decretou pequena pena
com cela especial por ser esse branco intelectual...
Eu disse: “Seu Juiz, não adianta! Opressão, Barbaridade, Genocídio
nada disso se cura trepando com uma escura!”
Ó minha máxima lei, deixai de asneira
Não vai ser um branco mal resolvido
que vai libertar uma negra:
Esse branco ardido está fadado
porque não é com lábia de pseudo-oprimido
que vai aliviar seu passado.
Olha aqui meu senhor:
Eu me lembro da senzala
e tu te lembrás da Casa-Grande
e vamos juntos escrever sinceramente outra história
Digo, repito e não minto:
Vamos passar essa verdade a limpo
porque não é dançando samba
que eu te redimo ou te acredito:
Vê se te afasta, não invista, não insista!
Meu nojo!
Meu engodo cultural!
Minha lavagem de lata!
Porque deixar de ser racista, meu amor,
não é comer uma mulata!
(Da série “Brasil, meu espartilho”)*

Elisa Lucinda

“Todas as vitórias ocultam uma abdicação”.

Simone de Beauvoir

RIBEIRO, Mônica Dias. **Mulheres Negras da região oeste de Londrina: Situações sociais de desigualdades e de discriminações racistas e sexistas**. 2016. 107 p. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Mestrado de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

RESUMO

Nessa dissertação propôs – se analisar como o racismo e sexismo se (re)produzem nas interações sociais do cotidiano de mulheres negras da região oeste de Londrina, precisamente dos bairros João Turquino e Jardim Maracanã. Mulheres que estão inseridas num contexto social de desigualdades e discriminações de gênero e raça, categorias de análises utilizadas para pensar o problema proposto nessa pesquisa. Nas entrevistas realizadas com essas mulheres, constatou-se uma vivência constante dessas discriminações, tanto de gênero quanto de raça, pois, enquanto uma atua prioritariamente no âmbito doméstico, a outra desponta-se nos espaços públicos: trabalho, escola, saúde, entre outros. Constatou-se também que as discriminações estudadas nessa investigação, se fazem presente nas interações sociais das mulheres negras dos bairros citados, assim como de muitas outras mulheres, sobretudo negras, na sociedade brasileira, mesmo com todos os avanços relacionados às questões de gênero e raça. Assim como, demonstram as teorias revisitadas e apresentadas nessa pesquisa. Investigação que junto a uma fundamentação teórica pode identificar que o racismo e o sexismo são elementos centrais nas situações sociais de desigualdades e discriminações em que as mulheres negras encontram –se inseridas.

Palavras-chave: Mulheres negras. Racismo. Sexismo. Desigualdades. Discriminação.

RIBEIRO, Mônica Dias. **Black Women of the western region of Londrina: Social situations of inequality and of racist and sexist discrimination.** 2016. 107 pages. master's thesis presented to Programa de Mestrado de Ciências Sociais – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

ABSTRACT

This dissertation proposed - to analyze how racism and sexism (re) produce the social interactions of black women everyday of the western region of Londrina, precisely the neighborhoods John Turquino and Maracanã Garden. Women are embedded in a social inequalities and gender discrimination and race categories of analysis used to think the problem proposed in this research. In interviews with these women, there was a constant experience of such discrimination, both gender as race, because while a primarily operates in the domestic sphere, the other emerges, in public spaces: work, school, health, among others . It was also found that the discrimination studied in this investigation, make themselves present in social interactions of black women of the mentioned districts, as well as many other women, especially black women in Brazilian society, even with all the advances related to gender and race issues . as well as demonstrate the theories revisited and presented in this research. Research with a theoretical basis can identify that racism and sexism are central elements in social situations of inequality and discriminações in that black women are inserted –If.

Key words: Black women. Racism. Sexism. Inequalities. Discrimination.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Ocupação do fundo de vale João Turquino em 1997-1998.....	17
Figura 2 -	Imagem retirada do mapa de Londrina em out. 2015.....	17
Figura 3 -	Bairro João Turquino em 1997 – 1998.....	22
Figura 4 -	Bairro João Turquino em 1997 – 1998.....	24
Figura 5 -	Bairro João Turquino em 1997 – 1998.....	25
Figura 6 -	Bairro João Turquino em 1997 – 1998.....	25
Figura 7 -	Jardim Maracanã em 1999. 2015.....	26
Figura 8 -	Capela mortuário do Jardim Maracanã em 2015.....	27
Figura 9 -	Capela das Irmãs Claretianas em 2015.....	27
Figura 10 -	Lanchonete e sorveteria na Avenida Maratona em 2015.....	27
Figura 11 -	Avenida Maratona em 2015.....	28
Figura 12 -	Casas construídas pelo programa Habitar Brasil no Bairro João Turquino.....	29
Figura 13 -	Posse da Associação de Mulheres do João Turquino e Jardim Maracanã em 2000.....	31
Figura 14 -	Oficina sobre violência de gênero realizado pelo projeto Colcha de Retalho e pelo Cras Oeste A em 2015.....	33
Figura 15 -	Vista panorâmica do Jardim Maracanã em 2015.....	34
Figura 16 -	Bairro Jardim Maracanã em 2015.....	35
Figura 17 -	Bairro João Turquino em 2015.....	35
Figura 18 -	Nina na profissão de babá em 1970.....	44
Figura 19 -	Retorno de Nina à escola em 2000.....	45
Figura 20 -	Nina junto ao prefeito Antônio Belinati, na assinatura da ata de posse da Associação de Mulheres em 2000.....	45

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Perfil da população londrinense por sexo e raça	53
Tabela 2 - Rendimentos mensais por raça/cor responsáveis pelos domicílios particulares, por cor ou raça, segundo o sexo e as classes de rendimento nominal mensal domiciliar <i>per capita</i> no município de Londrina.....	54
Tabela 3 - Nível de escolaridade por raça/cor e sexo no município de Londrina	55
Tabela 4 - Rendimentos mensais <i>per capita</i> por sexo e raça/cor dos(as) moradores(as) do Jardim Maracanã	58
Tabela 5 - Nível de escolaridade por raça/cor e sexo do Jardim Maracanã.....	59
Tabela 6 - Rendimentos mensais <i>per capita</i> por sexo e raça/cor dos(as) moradores(as) do João Turquino	60
Tabela 7 - Nível de escolaridade por raça/cor e sexo do João Turquino	61
Tabela 8 – Retrato das desigualdades de gênero e raça no Brasil (2009.....	77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CFEMEA	Centro Feminista de Estudos e Assessoria.
CRAS	Centro de Referência à Assistência Social.
CREAS	Centro de Referência Especializado da Assistência Social.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
IRSAS	Informatização da Rede de Serviços da Assistência Social.
PAGU	Instituto de Pesquisa Patrícia Galvão.
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I	18
1.1 CONTEXTO SOCIAL E AS IDENTIDADES	22
1.2 QUEM SÃO AS MULHERES NEGRAS DO JARDIM MARACANÃ E DO JOÃO TURQUINO?.....	36
CAPÍTULO II	49
2.1 A MULHER NEGRA NA SOCIEDADE BRASILEIRA.....	49
2.2 A MULHER NEGRA EM LONDRINA.....	52
CAPÍTULO III	67
3.1 RACISMO E SEXISMO: DUPLA DISCRIMINAÇÃO	67
3.2 SER NEGRA NO BRASIL	73
CAPÍTULO IV	81
4.1 SITUAÇÕES VIVIDAS PELAS MULHERES NEGRAS: ANÁLISE E INTERPRETAÇÕES	81
4.2 RELATOS E VIVÊNCIAS DE RACISMO E SEXISMO.....	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
REFERÊNCIAS	95
ANEXOS	98
ANEXO A – Roteiro de Entrevista	99
ANEXO B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	105
ANEXO C – Carta de Cessão de Direitos	106
ANEXO D – Carta de Cessão de Direitos	107

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa trata das situações sociais das mulheres negras em dois bairros do município de Londrina, especificamente das dinâmicas de (re)produção dos padrões de hierarquizações no campo das relações de raça e gênero. Tais padrões de discriminações originaram-se com a escravidão dos negros e negras no Brasil que se estendeu até 1888, mas se mantiveram em outras formações sociais até os dias atuais do século XXI (HASENBALG,1979), assim como a condição da mulher que está vinculada não somente à questão sexista, mas também ao sistema de exploração capitalista. Essas situações que transformadas em desigualdades hierárquicas geradas por essa dupla discriminação.

O racismo como herança da escravidão, atribuiu suposta cientificidade à divisão da humanidade em raças e estabeleceu hierarquia entre elas, conferindo-lhes estatuto de superioridade ou inferioridade naturais, (re)produzindo as conhecidas desigualdades sociais que são anunciadas nos últimos anos no Brasil(CARNEIRO,2010). Segundo Carlos Hasenbalg trata –se de uma ideologia que abarca o mito da democracia racial ao desracializar a sociedade por meio da apologia da miscigenação que se presta historicamente a ocultar as desigualdades raciais(CARNEIRO, 2010).

Essas informações, cada vez mais, desacreditam as ideias consagradas da inexistência de um problema racial em nosso país. Os elementos teóricos podem ser evidenciados através de estudos divulgados pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e IPEA em 2010. Segundo esses estudos a população total no Brasil é de 191 de milhões de habitantes , a população negra² é de 97 milhões – o equivalente a 51%; as mulheres negras somam 47 milhões de pessoas, 25 % da população total. O Brasil é o maior país do mundo em população afrodescendente fora do continente africano. É o segundo país em população negra depois da Nigéria e o último país a abolir a escravidão de negros e também o país que mais importou africanos para serem escravizados (IPEA, 2010).

² Constituiu-se a classificação de negro com base nos dados de cor da pele pesquisados pelo IBGE. O negro seria a soma das pessoas que se auto declaram “pardas” e “pretas”.

À condição de raça soma-se a condição de gênero e classe nas situações pesquisadas nos dois bairros de Londrina. Relações de gênero, que se compreendem como uma categoria analítica constituída para a reflexão sobre as interações sociais que (re) produzem a opressão, estruturadas num contexto histórico e cultural ocidental, determinam os papéis sociais tanto das mulheres quanto dos homens em nossa sociedade. “ As reflexões produzidas pelo campo de estudos de gênero indicam a necessidade de dissociação entre gênero, como construto sócio – histórico e cultural, e sexo, como categoria de diferenciação anatômica entre “ machos e “ fêmeas” (ROSA, 2011,p.112).

Segundo Joan Scott, gênero significa o saber a respeito dessas diferenças sexuais, com a proposta de compreender a relação de dominação que se dá entre o homem e a mulher, a fim de apontar e modificar as desigualdades entre ambos os sexos(CORRÊA, 1994).“ Com isso o que procura afirmar é que gênero, como conceito, operaria no plano das formulações político – científicas, que buscam gerar significação destas diferenças como fenômenos sócio- histórico-culturais limitados no tempo e no espaço, e passíveis de controle por parte dos indivíduos “(ROSA, 2011,p113).

Desse modo, compartilhar- se com os que estão preocupados em modificar as desigualdades de outros grupos em razão da raça, etnicidade e classe tanto quanto em razão de gênero (CORRÊA, 1994).Portanto, em meio às expectativas desta pesquisa, propõe-se analisar e, se possível, constatar como a discriminação racial e de gênero se (re) produzem nas relações sociais das mulheres negras de Londrina, precisamente dos bairros João Turquino e Jardim Maracanã, localizados na região oeste.

Os dois bairros se configuraram em 1996 a partir de uma ocupação organizada por famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza. A mobilização se inciou com 4255 famílias, pressionando uma ação do Estado na construção de moradias populares que proporcionassem condições mínimas de infraestrutura urbana para essas famílias a fim de amenizar as diversas vulnerabilidades vivenciadas por essa população.

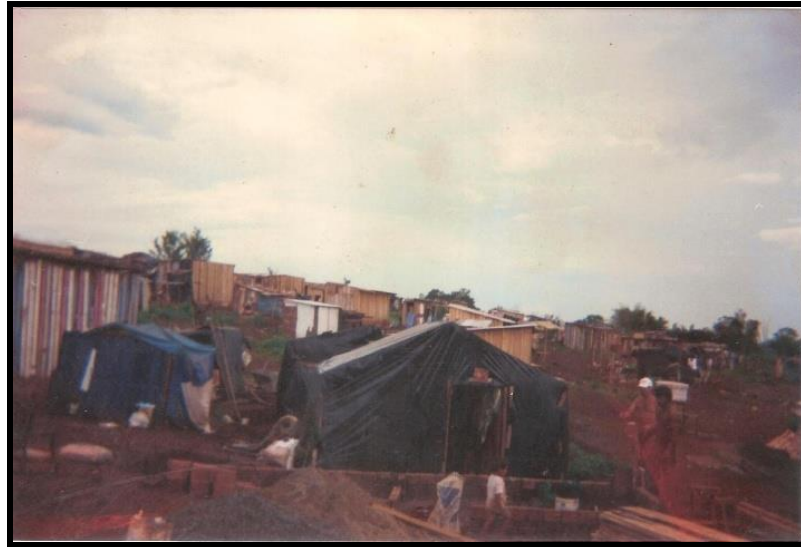


Figura 1: Ocupação do fundo de Vale João Turquino ano 1997-1998. Cedida por Evangelina Maria Ignácio em 2015.

Retratos dessa realidade podem ser evidenciado na imagem 1, resultado da pesquisa sobre os assentados e dados verificados nos relatos das entrevistadas.

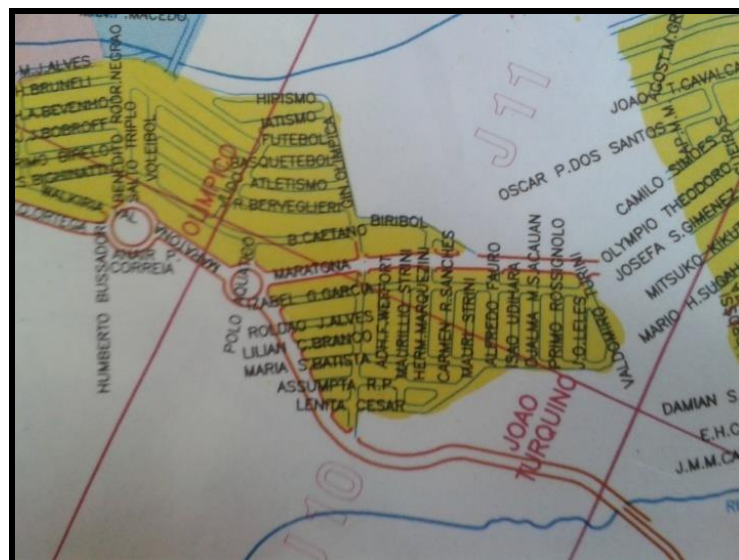


Figura 2: Imagem retirada do mapa de Londrina em out. 2015. Acervo da Biblioteca Municipal de Londrina.

Esta investigação possibilitou uma maior compreensão das situações sociais em que as mulheres negras desses dois bairros se encontram

inseridas. O contato com essa realidade ocorreu em 2010, na atuação como estagiária da Prefeitura Municipal de Londrina, (re)cadastrando famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no Centro de Referência à Assistência Social -CRAS OESTE A, onde estão referenciados os bairros João Turquino e Jardim Maracanã.

Portanto, o convívio com dezenas de mulheres beneficiárias do Bolsa Família e atendidas pelo CRAS, brancas e negras, chamou a atenção para a diversas experiências de violências sofridas pelas mulheres negras. Deste modo, após uma pesquisa documental, verificou-se que, em 2011, a equipe técnica do Centro de Referência à Assistência Social realizou uma avaliação para compreender as particularidades referentes às famílias atendidas por esse serviço e beneficiárias(os) dos programas de transferência de renda municipal³ e federal⁴, além dos benefícios eventuais⁵ da região, sobretudo do João Turquino e Jardim Maracanã.

O levantamento revelou que havia 8.248 pessoas assistidas pelo CRAS, em que 4.499 eram mulheres. Inseridos(as) no mercado de trabalho formal e informal correspondiam a 2.120 pessoas entre homens e mulheres, com rendas entre ½ salário mínimo e 2 salários mínimos. Desempregados(as) eram 2.500 pessoas, e a maioria pertenciam a famílias que estavam inseridas no Programa Bolsa Família, no Programa Municipal de transferência de renda e/ou cupom alimentação.

Vale advertir, entretanto, que o Programa Bolsa Família é uma política de transferência de renda que tem a mulher como principal responsável pela titularidade do benefício. A mulher, a partir de seus papéis no âmbito doméstico ou da (re)produção, tem sido, portanto, a referência para o recebimento do benefício, devido a pobreza e extrema pobreza que ela tem vivenciado (CARLOTO E MARIANO, 2008).

Situações de pobreza e extrema pobreza no Brasil, segundo estudiosos(as) de gênero e raça, têm a maior presença da mulher negra, reflexo de uma processo histórico de desigualdades sociais (CARLOTO E MARIANO, 2008).

³ Programa Municipal de Transferência de Renda

⁴ Programa Federal de Transferência de Renda – Bolsa Família.

⁵ Cupom Alimentação - Benefício do Município destinado às famílias com necessidades imediatas identificadas após atendimento do profissional da Assistência no CRAS de referência.

Diante dessas informações indagou-se como o racismo e o sexismo atuavam na composição dos grupos de mulheres vulneráveis. A hipótese era que, havia ali o componente da (re) produção dos padrões de discriminação por cor e sexo. Assim como Hasenbalg, Guimarães e Gonzales demonstraram em suas pesquisas, a categoria analítica “raça” ainda é plenamente pertinente, pois é um marcador de diferenças e de desigualdades.

Para Guimarães (2003), raça é uma construção social, uma categoria originalmente criada para distinguir um grupo do outro e apropriada pelo movimento negro brasileiro como estratégia de afirmação de identidade e de origem, assim como para dar visibilidade ao racismo. Portanto, ao se trabalhar com a categoria “raça”, faz-se referência exclusivamente à população negra no Brasil.

Igualmente, o gênero também é uma categoria que permite o reconhecimento de padrões culturais, tanto dos homens quanto das mulheres, que se orientam por uma dialética de divisão e diferenciação que submete o outro a situações de inferioridade a partir de características, atributos e atuações sociais. Esse conceito foi impresso pelo movimento feminista com o intuito de demonstrar os aspectos culturais e não naturais das diferenças, transformadas em desigualdades, entre homens e mulheres.

Observou-se, no entanto nos dois bairros de Londrina, a dinâmica de (re)produção da discriminação das mulheres, por serem mulheres. Essa situação social da mulher, principalmente as negras, do João Turquino e do Jardim Maracanã é reflexo de um contexto e estrutura social do Brasil.

A problemática construída a respeito das mulheres negras nos dois bairros de Londrina demandou fontes de dados construídos pela pesquisadora. Estudos de raça e gênero têm lançado mão de técnicas e recursos de pesquisa que sejam capazes de apreender como os sujeitos, mulheres, homens, heterossexuais, homossexuais, trans, negros e negras, brancos e brancas e indígenas interpretam suas experiências. As entrevistas se apresentam como um recurso capaz de captar as narrativas das experiências sociais feitas pelos sujeitos pesquisados.

Diante disso, decidiu-se realizar 8 (oito) entrevistas no formato de depoimentos a partir de roteiro estruturado nas trajetórias (ver anexo). As mulheres selecionadas para as entrevistas fizeram parte de atendimentos realizados pela pesquisadora enquanto estagiária, para a inserção ou atualização do Cadastro Único. Entre essas mulheres, duas possuem participação política no bairro onde

residem e até fora dele. Amali⁶ e Nina⁷ moram no João Turquino desde a ocupação. Acompanharam o processo habitacional como referência política para os(as) demais moradores(as) dessa região e resistem junto à população às diversas vulnerabilidades sociais assim como invisibilidade social.

Dados relevantes foram levantados para investigar se o racismo e o sexismo são elementos presentes entre as interações sociais das mulheres negras residentes nessa região, sobretudo nos bairros João Turquino e Maracanã, Essas perspectivas teóricas (Racista e Sexista) causam violências e discriminações, seja nas relações familiares, profissionais, educacionais e nas demais instituições, e na sua interconexão atuam como marcadores responsáveis pelo processo de desvantagens cumulativas entre as mulheres negras, grupo racial protagonistas de um cenário de desigualdades e discriminações.

Tais situações sociais poderão ser evidenciadas nos quatro capítulos desta dissertação , o primeiro capítulo apresenta uma contextualização histórico – social do processo de formação dos bairros João Turquino e Jardim Maracanã, a partir de uma ocupação urbana, e na sequência o retrato das mulheres negras desses bairros, sua trajetória e as interferências do racismo e sexismo em seu cotidiano.

O segundo capítulo, traz uma exposição das situações sociais nas quais as mulheres negras estão inseridas , numa condição de desigualdades de gênero e raça, no Brasil e no município de Londrina. Essas situações foram ocasionadas pela violência e discriminação desde a formação do Brasil, um processo cumulativo de desvantagem que atribui à mulheres negras a base da pirâmide social.

O terceiro capítulo discute o racismo e o sexismo, categorias de análises que são parte estruturante nesta investigação, marcadores sociais que delimitam e determinam os espaços sociais nos quais as mulheres negras vivem, uma demonstração pertinente para que se possa chegar ao denominador comum da realidade cultural, social, política e econômica em que a mulher negra é a protagonista.

⁶ Significa: Esperança. Disponível em http://nomesafricanos.xpg.uol.com.br/femininos/l_f.html visitado em 10 de out.2015.

⁷ Significa: Mãe. Disponível em http://nomesafricanos.xpg.uol.com.br/femininos/l_f.html visitado em 10 de out.2015.

Por fim, no quarto e último capítulo, desenvolveu –se uma análise dos relatos e vivências das protagonistas desta investigação uma reflexão sociológica com a intenção de contribuir para a elaboração de ações coletivas voltadas a amenizar e/ou solucionar os problemas sociais vivenciados por essas mulheres , sobretudo as negras da região oeste. Sendo assim, para as interpretações desses relatos coletados na entrevista, foram utilizados os fundamentos teóricos de fontes orais, como forma de valorização da comunicação das mulheres envolvidas na pesquisa. Foi a maneira que se encontrou para dar visibilidade a um cenário social de discriminação e desigualdade que muitos desconhecem. A partir das constatações do problema proposto, encontrar-se-ão caminhos para o enfrentamento do racismo e do sexismo. Situações vivenciadas pelas mulheres negras do João Turquino e do Jardim Maracanã, bairros da na região oeste de Londrina.

CAPÍTULO I

1.1 CONTEXTO SOCIAL E AS IDENTIDADES

Os bairros João Turquino e Jardim Maracanã são frutos de ocupações realizadas por famílias em situação de pobreza e/ou extrema pobreza, o que os colocam como territórios que possuem contextos históricos, sociais e políticos de resistências e mobilizações, assim como ocorreu com os bairros União da Vitória, Santa Fé, São Jorge, entre outros do município de Londrina.

Famílias que nesses espaços habitacionais construíram sua identidade, a partir das interações cotidianas com as relações econômicas, culturais e políticas do mundo social, que, de algum modo, condicionou tal população à precariedade humana: ausência de moradia, trabalho e renda, escolaridade, saúde, etc, elementos essenciais para a garantia fundamental de direitos à cidadania.

Sua população era formada por organizações de famílias/moradores (as) em condição bastante precária, sem unidades básicas de saúde, sem escolas, com instalação coletiva de água, sem energia elétrica e ruas não asfaltadas. Quanto às casas, havia tanto as de madeira como as de lona.



Figura 3: Bairro João Turquino ano 1997 – 1998.
Cedida por Evangelina Maria Ignácio em 2015.

Como, grande parte da população que participou desse processo encontrava - se sem emprego, acabava sendo excluída do acesso às moradias em bairros estruturados, pois não tinha condições de pagar aluguéis, dirigindo-se, assim, às ocupações e/ou assentamentos.

Os moradores enfrentaram diversos deslocamentos. Mesmo na cidade de Londrina, mudaram-se várias vezes de um bairro para outro, sempre impulsionados por ofertas de baixos aluguéis, até chegarem ao seu limite e terem de se dirigir para as áreas pertencentes ao Estado ou áreas loteadas e não regularizadas pelo poder público para tal uso. Iniciaram-se assim, ocupações que, posteriormente, foram legalizadas e se tornaram assentamentos urbanos (MELCHIOR & ASARI, 2003).

Segundo o diagnóstico⁸ realizado pelos profissionais que atuavam no Centro de Referência à Assistência Social da região oeste em 2011, os bairros onde se investigam as situações sociais das mulheres negras frente às desigualdades e discriminações causadas pelo racismo e o sexismo nesta pesquisa, são espaços habitacionais que foram ocupados em meados da década de 1990, os(as) moradores (as) que atualmente residem no Jardim Maracanã, ocuparam o fundo de vale abaixo do bairro João Turquino, com expectativas e reivindicações de moradias adequadas com toda a infraestrutura necessária para a sobrevivência.

Hoje, nota-se, no bairro João Turquino, que muitas moradias não são padronizadas, como são as do Jardim Maracanã, que também surgiu a partir de uma ocupação. Boa parte das construções, no João Turquino foi realizada pelas próprias famílias, ocupantes o terreno, que as construíram de acordo com suas necessidades e condições.

No Jardim Maracanã, porém as famílias tiveram suas casas construídas a partir de iniciativas governamentais, através do programa Habitar Brasil⁹, e alguns moradores do João Turquino que não conseguiram eles(as)

⁸ Documento realizado pelos profissionais do Serviço Social, Psicologia, técnicos administrativos e estagiários de diversas áreas de formação em 2011.

⁹ Criado pelo Ministério das Cidades com o objetivo de promover intervenções em assentamentos subnormais, localizados em regiões metropolitanas, capitais de estado e aglomerações urbanas, por meio dos dois subprogramas: - ampliação ou modernização da capacidade institucional dos municípios para atuar na melhoria das condições habitacionais das famílias de baixa renda, por meio da criação ou aperfeiçoamento de instrumentos urbanísticos, institucionais e ambientais que permitam a regularização dos assentamentos subnormais, e da capacitação técnica das equipes da prefeitura que atuam no setor. Visa, ainda, propiciar condições para a ampliação da oferta de habitações de baixo custo e implantar estratégias de controle e desestímulo a ocupação irregular de áreas; - e a implantação, de forma coordenada, de projetos integrados

mesmos(as) construir sua moradia também foram beneficiados(as) pelo programa. Portanto, quando se realiza uma observação no bairro, nota-se algumas casas cujas estruturas são as mesmas do bairro vizinho, o Jardim Maracanã. Essa percepção foi confirmada por uma das entrevistadas para a realização desta pesquisa.

Conforme informação documental coletada ainda no diagnóstico, o bairro João Turquino era uma área mais plana que o fundo de vale e favorecia a construção das moradias precárias: barracos sem infraestrutura, como energia elétrica, água ou asfalto (SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LONDRINA, 2011), o que pode constatar nas imagens a seguir.



Figura 4: Bairro João Turquino ano 1997 – 1998.
Cedida por Evangelina Maria Ignácio em 2015.

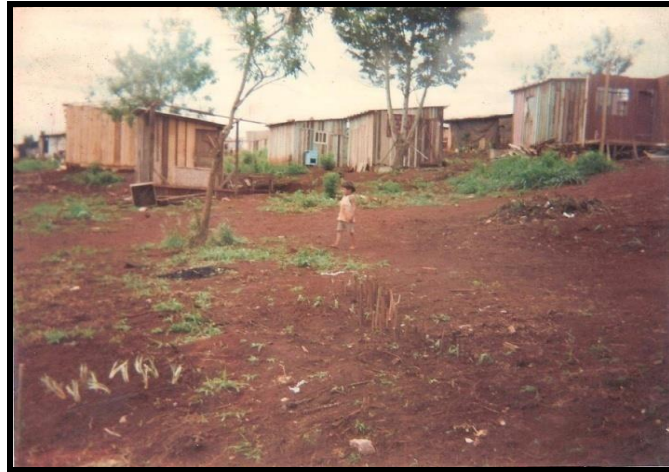


Figura 5 : Bairo João Turquino ano 1997 – 1998.
Cedida por Evangelina Maria Ignácio em 2015.



Figura 6: Bairo João Turquino ano 1997 – 1998.
Cedida por Evangelina Maria Ignácio em 2015.

O surgimento dessas ocupações resulta do crescimento das cidades, formando um aglomerado subnormal de barracos improvisados constituídos de forma desordenada e densa, bem como carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais. Porém, os (as) moradores (as) sabiam que o assentamento precisava da implantação de alguns serviços de infraestrutura básica para que suas condições de vida melhorassem.

Esse cenário começou a se modificar a partir da implantação do Projeto Habitar Brasil, programa habitacional criado no governo de Fernando Henrique Cardoso e consolidado nos anos 1990. Isso ocorreu sobretudo pela persistência dos (as) assentados (as), pois sem a mobilização dessa população não

haveria a urgência de implementação desse projeto pró moradia. As ações nas quais se envolveram amenizaram de forma imediata o impacto que a pobreza e/ou extrema pobreza causam nas relações sociais.

Esse programa tinha como proposta a retirada de pessoas residentes em moradias subnormais, mediante construção de habitações populares, com condições mínimas de infraestrutura urbana, como asfalto, água e energia elétrica, Além de envolver as famílias na execução das obras através da participação comunitária, geração de renda e educação ambiental, para o fortalecimento comunitário (SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LONDRINA, 2011), o que se pode ver na imagem 7 a seguir.



Figura 7: Jardim Maracanã ano 1999.
Cedida por Evangelina Maria Ignácio em 2015.

Em 2015, os bairros João Turquino e Maracanã se dividem por uma extensa avenida chamada Maratona, onde se encontram alguns pequenos e simples comércios, assim como alguns serviços comunitários que atendem às necessidades básicas da comunidade, como: capela mortuária, igreja, farmácia, padaria, mercado, depósito de material de construção, brechós, serviços de mecânica de automóveis, açougues, sorveterias, entre outros.



Figura 8 :Capela Mortuária Municipal.Mônica Dias Ribeiro – Nov.2015.



Figura 9 :Capela Irmãs Claretianas - Mônica Dias Ribeiro – Nov.2015

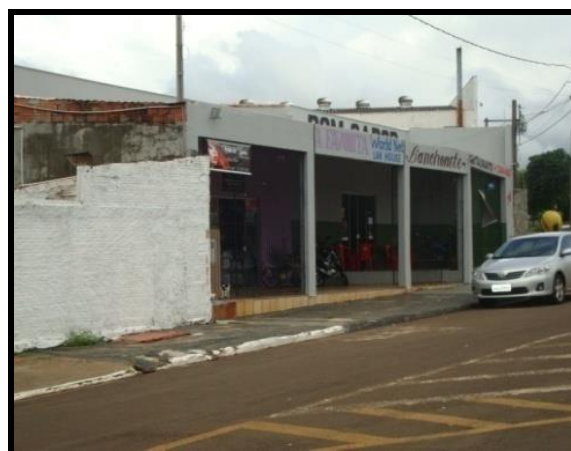


Figura 10 : Lanchonete e sorveteria na Avenida Maratona - Mônica Dias Ribeiro – Nov. 2015



Figura 11: Avenida Maratona – Mônica Dias Ribeiro Nov.2015.

Ainda na avenida, há uma capela mortuária, uma creche, o Centro de Formação Cidadã – Viva Vida, que atende os adolescentes da comunidade e a Escola Municipal Noêmia Malanga. Esses espaços públicos e privados procuram atender com serviços de primeira necessidade aos moradores(as) do João Turquino e do Maracanã e aos demais bairros da região. Há uma Unidade Básica de Saúde localizada no Jardim Maracanã, portanto os(as) residentes nos bairros da região também são atendidos nesse local.

Ao percorrer ambos os bairros, percebe-se que cada família adaptou sua casa conforme sua necessidade e suas possibilidades. Desse modo, existem casas com a mesma estrutura que foi garantida pelo projeto HBB, assim como casas que foram ampliadas, muradas, pintadas para melhor acomodar familiares residentes nessa região. Essas adequações aparentam uma simplicidade na construção, são o retrato de um cenário decorrente de um processo de organização solidária entre a comunidade, aspectos de resistência entre os (as) moradores (as) desses bairros.



Figura 12: Casas construídas pelo programa Habitar Brasil no João Turquino
Mônica Dias Ribeiro - Nov.2015.

O que se nota muito no bairro João Turquino é a quantidade de adolescentes negros na rua durante o dia. Assim como retratou Amali em sua entrevista “ *Meu bairro precisa de muita coisa, um trabalho pra jovem, para tirar ele da rua. Para adolescente, pra tirar um pouco desse foco da realidade mesmo, desse mundo que nós tá de droga e da violência. Porque tirando devagarzinho eles ali daquele foco*”. Esse é um problema social de âmbito nacional.

A partir dessa afirmação e reivindicação da senhora Amali, pode-se constatar a necessidade de políticas públicas que atendam essa vulnerabilidade existente nos bairros João Turquino e Maracanã, em relação aos adolescentes, dados de óbitos ocasionados por “intervenção policial” e conflitos com grupos do tráfico apurados pelos Centros de Referências Especializados de Assistência Social (2015), demonstraram que a região oeste esta em 2º lugar no *ranking* de mortes na adolescência, se comparada à região norte de Londrina, são 11 óbitos na região oeste para 13 óbitos na região norte somente no ano de 2015. Vale ressaltar que nem todos os casos de morte na adolescência chegam aos serviços especializados.

Desses números de 2015, quase todos são do sexo masculino, exceto uma vítima que é do sexo feminino. Quanto a raça/cor à maioria é de

negros, porque total de óbitos registrados pelos serviços, nas regiões sul, leste, norte, oeste e centro, foi de 47 adolescentes e, desse resultado, 33 eram negros.

Ao analisarmos o discurso da entrevistada e os dados acima apresentados, nota-se que há uma ausência do Estado e da Sociedade Civil na atuação coletiva para o enfrentamento dessas desproteções sociais em relação a juventude, sobretudo a juventude negra, pobre e da periferia. Quando há alguma intervenção, ela é realizada pela polícia, que mata e num processo desenfreado de higienização social, problema que ocorre em todo o país e não somente em Londrina.

Nota-se também que, ao passo que saímos da Avenida Maratona e seguimos em direção ao final do bairro, as casas vão ficando mais simples e precárias, enquanto as casas mais próximas da avenida são pintadas, cuidadas e protegidas. Será reflexo de cotidiano de violência?

Problemas sociais constam como dados empíricos no documento elaborado em 2011 pelos profissionais do Cras Oeste A. São fatores que ocorrem desde a formação dos bairros, pois havia grande incidência de violência urbana decorrente da forte presença do tráfico de drogas, resultando em mortes frequentes, sobretudo de adolescentes (SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2011).

No levantamento realizado em 2015¹⁰ e identificada na pesquisa documental constatou-se que os problemas ainda são os mesmos e/ou até piores:

- Grande incidência de adolescentes na criminalidade e no tráfico de drogas. De acordo com pesquisa/perfil de 2013 do CREAS 2, dos 30 adolescentes atendidos no serviço, 17 caíram por tráfico (mais de 50%);
- Evasão escolar. Dos 30 adolescentes atendidos no serviço em 2013, 18 estavam fora da escola (mais de 50%), e 6 estavam matriculados na modalidade EJA; (24 adolescentes em defasagem idade/série);
- Crianças e adolescente envolvidos na exploração sexual e gravidez na adolescência, falta de investimento nas escolas

¹⁰ Diagnóstico realizado no ano de 2015 pela equipe de profissionais do CRAS OESTE A.

de Ensino Fundamental fase I e II (não há vagas para todo o público; precariedade de estrutura e poucos profissionais);

- Presença de violência e coerção policial e do tráfico no território. Violência intrafamiliar, psicológica, negligência, física e sexual;
- Presença de grande demanda para a saúde mental. Falta de serviços de esporte, cultura e lazer na região; Falta de serviços e projetos que atendam adolescentes e jovens a partir de 15 anos na região;
- Falta de atendimento de saúde de urgência e emergência na região (pronto atendimento, pois quem necessita deve se deslocar para o UPA e/ou Posto do Leonor);
- Falta de serviços e políticas públicas no território.

Entre todas essas vulnerabilidades ou desproteções sociais, a região possui potencialidades, pontos importantes para se pensar em estratégias de superação e enfrentamento das dificuldades vivenciadas pela comunidade.

Para tanto, formou-se a associação de moradores (as) em ambos os bairros. Duas participantes desse coletivo são propositalmente duas personagens de trabalho. São mulheres com liderança e presença política no João Turquino, que também auxiliavam a população residente no Jardim Maracanã.



Figura 13: Posse da associação de Mulheres do João Turquino e Jardim Maracanã ano 2000. Cedida por Evangelina Maria Ignácio em 2015.

A participação dessas mulheres no cenário político/ comunitário contribuiu e contribui para diversas ações que trouxeram benefícios e garantia dos direitos à população assentada nessa região.

Episódios da vida real fortaleceram a comunidade, as lideranças. Atitudes de persistência e resistência mobilizaram os (as) representantes políticos de Londrina a entenderem as reivindicações dessas mulheres, sobretudo negras da necessidade de adentrarem as pautas políticas. Infelizmente essa associação encontra-se inativa devido à falta de apoio e incentivo dos últimos governos municipais e da comunidade.

Outro fenômeno social evidente no decorrer das transformações dos bairros foi e é a violência intrafamiliar contra a mulher e filhos (as), como abuso sexual, agressões físicas, entre outras manifestações desse fenômeno social que está presente em nossa sociedade desde longa data.

Algumas oficinas e ações comunitárias têm sido realizadas na tentativa de combater o problema. São iniciativas elaboradas pelo Centro de Referência à Assistência Social da região junto à Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres de Londrina e demais serviços socioassistencial, pois, acredita-se que, com essa atuação, os casos de violência doméstica que ocorrem diariamente entre os (as) moradores (as) dos territórios atendidos por esse serviço, sobretudo contra as mulheres poderão ser amenizados e/ou até eliminados.

Uma dessas iniciativas foi a oficina realizada em março de 2015, no Centro Comunitário do Jardim Olímpico, ministrada pela assistente social da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, Sueli Galhardi, e dirigida às mulheres dos bairros atendidos pelo CRAS, cujo tema era a Violência de Gênero, ação registrada na imagem 14.



Figura 14: Oficina sobre Violência de Gênero – realizada pelo projeto colcha de retalhos e pelo CRAS OESTE A em março de 2015 no Centro Comunitário do Jardim Olímpico .Mônica Dias Ribeiro - março de 2015.

Essa ação vem ao encontro com da realidade de grande parte das mulheres do João Turquino e Jardim Maracanã, um problema que está sendo constatado nesta pesquisa. Então, empoderá – las faz parte de um primeiro passo, entre muitos outros para a superação das situações de violência que elas vivenciam, seja no âmbito doméstico ou público.

Sabe-se que deve haver uma constante atuação de todos(as) a fim de enfrentar e combater a violência de gênero, assim como o racismo e o sexismo.

Por fim, as ocupações resultaram numa permanência de vulnerabilidades que acarretaram desigualdades e discriminações, mas a cada dia os(as) residentes nesses territórios resistem às adversidades que encontram no meio do caminho. Tanto as mulheres quanto os homens são vítimas desses infortúnios, porém as mulheres acabam sofrendo maior incidência das situações que as expõem num cenário de vulnerabilidades, sejam elas relacionadas a questões econômicas, políticas ou sociais.

Nesse processo, as mulheres negras, a despeito dessas condições adversas, se sobressaem. Há de se considerar o que teóricas (os) como Sueli Carneiro e Marcelo Paixão pontuam que a pobreza tem cor no Brasil. As reflexões e observações feitas neste trabalho acerca dos bairros João Turquino e Jardim Maracanã deixam evidente essa pontuação.

Percebe-se que a população possui mobilidade enquanto o deslocamento ocorre, ou seja, em relação aos demais espaços de socialização, porque há circulação do transporte coletivo no bairro, dando a possibilidade de acesso à outros locais, seja para o trabalho, saúde, educação ou diversão. Mas, a mobilidade social porém, quanto à alteração do *status quo* de cada indivíduo dessas comunidades será difícil, senão impossível porque há fatores históricos, culturais ou de racismo e discriminação prejudicaram esse segmento da população, dificultando sua inserção social e participação igualitária no desenvolvimento dessa sociedade.

Situações sociais poderiam ser amenizadas aumentassem capacidade coletiva de prover condições apropriadas para as pessoas devido sua cor, cultura ou origem racial, detectando nos processos das interações sociais atitudes e comportamentos que contribuem para a discriminação por meio do preconceito, ignorância, desatenção e estereótipos racistas que prejudicam determinados grupos raciais, sejam eles minorias ou não (CARNEIRO,2011).

Mesmo com todos os desafios, a população de ambos os bairros conservam o que a natureza lhe oferece, diferentemente dos grandes centros da cidade.



Figura 15: Vista panorâmica do Jardim Maracanã
Mônica Dias Ribeiro – Nov - 2015.



Figura 16: Jardim Maracanã – Mônica Dias Ribeiro - Nov. 2015

João Turquino e Maracanã são espaços geográficos arborizados, aparentemente amistosos e com diferentes consensos. A população varia entre crianças, jovens e adultos pessoas que trazem em sua história de vida o estigma de dois bairros que se desenvolveram lado a lado aos fenômenos sociais que foram e ainda são retratos neste capítulo: violência urbana e tráfico de drogas.



Figura 17: Bairro João Turquino - Mônica Dias Ribeiro – Nov. 2015.

Evidencia – se, então, que a implementação do projeto Habitar Brasil foi de grande importância, para a política habitacional popular, que prevê a regularização de diversas áreas ocupadas por favelas, vilas, alagados e/ou invasões, bem como os loteamentos clandestinos espalhados pelas periferias das grandes e médias cidades.

Isso pressionou o poder público municipal a regulamentar o uso da propriedade urbana, dos espaços urbanos, da ocupação do solo em benefício de

toda a sociedade. E destacar, que essas medidas adotadas, permitem-nos deduzir que foram realizadas junto à comunidade.

É fundamental, pois, que o poder público desenvolva políticas urbanas e habitacionais efetivas que ofereçam melhor qualidade de vida à população como um todo, e em especial, aos seus estratos mais empobrecidos, mas que essas ações ocorram com a efetiva participação da sociedade. É preciso o envolvimento de todos os sujeitos sociais (sociedade civil, poder público e áreas técnicas) para o enfrentamento das questões habitacionais entre outras que a sociedade civil, no seu papel de participação e controle social esteja presente.

1.2 - QUEM SÃO AS MULHERES NEGRAS DO JARDIM MARACANÃ E DO JOÃO TURQUINO ?

Investigar as situações das mulheres negras da região oeste, do João Turquino e do Jardim Maracanã na cidade de Londrina, não foi uma tarefa fácil, porém gratificante. Quanto ao primeiro aspecto, houve um grande exercício para manter distância de uma realidade que faz parte do cotidiano de muitas ou todas as famílias negras.

Portanto quando ressalto a gratidão, isso se relaciona com a oportunidade de tornar visível a situação social de mulheres que fizeram parte da formação acadêmica de tantos(as) estudantes de Ciências Sociais e de outros cursos da Universidade Estadual de Londrina, na condição de estagiário(a), no CRAS OESTE A , pela Prefeitura Municipal de Londrina.

Enfim, esta dissertação trata de compreender uma parte da riqueza de 8 (oito) mulheres negras que, diante do racismo e do sexismo vivenciam situações de discriminações e desigualdades. Contudo como já foi apresentado, driblam esses problemas a fim de conseguir uma vida digna e de superação da inferioridade social e de exclusão gerada pelo gênero e pela raça (CARNEIRO, 2001).

Ao valorizar a essas mulheres, pode-se analisar e constatar que as desigualdades se agravam a partir do efeito de alguns marcadores sociais que estão presentes na construção social de cada indivíduo. Marcadores que as tornam mais vulneráveis e impelidas a conviverem em determinados espaços e posições sociais,

pois tais aspectos são determinantes na vida de diferentes grupos raciais e sociais. Em casos brasileiros, pode - se dizer que os (as) negros (as), os (as) indígenas, as mulheres e o grupo LGBTTs são os que majoritariamente foram e são destituídos de oportunidades e direitos, devido a um processo etnocêntrico (branco e europeu) constituído numa sociedade capitalista que se espalhou pelos quatros cantos do mundo.

Esse processo de formação está enraizado numa relação hierárquica que contou com a “superioridade” de um grupo racial e social sobre outros, ou seja, uma sociedade constituída sobre padrões patriarcais, heteronormativos, branco, europeu e burguês.

Todavia, essas questões sociais, pode-se perceber que todos os processos de desvantagens cumulativas, que hoje a população negra vivencia, também perpassam as mulheres e os demais grupos sociais. São situações transformadas em desigualdades hierárquicas geradas pela discriminação.

Portanto, após dedicação a este trabalho acadêmico, pode – se – ão viabilizar reflexões da construção histórica e social de uma realidade que ainda está presente na atualidade, sobretudo em relação à situação social das mulheres negras, em que se fez necessário analisar o racismo e o sexismo. Esses fenômenos sociológicos resistiram aos anos e se mantiveram, de maneira perversa, condicionando os (as) negros (as) numa dinâmica de (re) produção de discriminação e desigualdade.

Segundo Sueli Carneiro:

trata-se de um contrato racial que sela um acordo de exclusão e/ou subalternização dos negros, no qual a branquitude como sistema de poder fundado no contrato racial, da qual todos os brancos são beneficiários, embora nem todos sejam signatários, pode ser descrita no Brasil por formulações complexas ou pelas evidências empíricas, como no fato de que há absoluta prevalência da brancura em todas as instâncias de poder da sociedade(CARNEIRO,2011,p.91).

Quanto às mulheres negras, mesmo com o passar dos tempos, e com os avanços sociais e raciais da população negra, através de ações afirmativas, como as encorajadoras ações das políticas públicas dos últimos anos, e do movimento negro e com a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, viram - se em diferentes momentos de sua trajetória. Ações que incentivou políticas de ações

afirmativas¹¹ a fim de reparar os danos produzidos pelo racismo, assim como, superar desigualdades e combater as discriminações, de forma que promovam a igualdade de direitos sob a perspectiva de gênero e raça.

Sendo que muitas questões sociais específicas da mulher negra foram secundarizada na suposta universalidade de gênero. Ou seja, o movimento feminista brasileiro não reconheceu a dimensão racial nas relações de gênero que estabeleceram privilégios e desvantagens entre as mulheres. Essa temática da mulher negra invariavelmente era tratada como subitem da questão geral da mulher, mesmo em um país em que as afrodescendentes compõem aproximadamente metade da população feminina (CARNEIRO, 2011).

Isso se torna mais dramático no mercado de trabalho, no qual mulheres negras são preteridas (no acesso, em promoções e na ocupação de bons cargos) em função do eufemismo da “boa aparência”, cujo significado prático é: preferem –se as brancas, melhor ainda se forem loiras. E a consciência desse grau de exclusão que determina o surgimento de organizações de mulheres negras de combate ao racismo e ao sexismo, tendo por base a capacitação de mulheres negras, assim como o estímulo à participação política, à visibilidade, à problemática específica das mulheres negras na sociedade brasileira (CARNEIRO, 2011, p.121-122).

A partir dessas e de outras reflexões, pode-se entender as condições da mulher negra no mercado de trabalho, no processo educacional, na saúde, nas categorias de pobreza e/ou extrema pobreza, nas relações sociais e intrafamiliares. Essas situações de desigualdades fazem parte de um banimento social, de exclusão das oportunidades.

Tais fenômenos ocorrem pelo rebaixamento da autoestima que o racismo e a discriminação provocam no cotidiano dessas mulheres, por meio da

¹¹Em 2003, com a criação da Secretaria Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Racial (Seppir), o governo federal reconheceu que a forma como a população negra vinha sendo tratada na sociedade brasileira era inaceitável e precisava ser transformada. Foi no campo da educação que as iniciativas nesse sentido ganharam efetividade. Foi a criação da Lei 10.639/2003, logo no início do governo Lula, que tornou obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira em todos os estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio. De enorme potencial renovador da cultura política brasileira, a Lei não foi implementada de forma sistemática e integrada. Faltaram políticas de formação de professor@s e a inclusão desse conteúdo com destaque nas grades curriculares e livros didáticos. O ensino superior foi o nível para o qual foram adotadas medidas mais concretas para diminuir as desigualdades raciais. As medidas de inclusão de pret@s e pard@s nas instituições públicas de ensino superior a partir de 2001 foram fundamentais para o acesso de negr@s às universidades (CFEMEA, 2011).

desvalorização, negação ou ocultamento de sua participação social em diferentes espaços públicos, por causa do embaquecimento cultural¹² em nossa sociedade.

No entanto, há um modelo de ideal que é oferecido à população negra, uma identificação normativo - estruturante com a qual ela se defronta - o da brancura. Para o sujeito negro oprimido, os indivíduos brancos, em suas efetivas realidades psíquicas, econômicas, sociais e culturais, ganham uma feição ímpar, uniforme e universal (SOUZA, 1983). O homem branco e a mulher branca são vistos como herdeiros legítimos do progresso e do desenvolvimento dos indivíduos. São a cultura, a civilização, em uma única palavra, a “humanidade”.

O branqueamento foi uma pressão cultural exercida por uma hegemonia branca, para que o negro negasse a si mesmo, no corpo e na mente, como uma espécie de situação para se integrar na nova ordem social. (BENTO & CARONE, 2002).

Esses ideais que acabam por (re) produzir e legitimar uma determinada ordem social hierarquizada e racializada em diferentes sociedade, interpelações que também ocorrem na cidade de Londrina, espaço geográfico que também foi construído sob os moldes dessa relação de poder de gênero e raça. Nesse sentido, consegue-se perceber as atuações desses marcadores nos relatos das protagonistas desta pesquisa.

Ao coletar suas histórias e situações de vida em 2015, foi possível ouvir as entrevistadas falarem de suas famílias, filhos(as) e vez por outra de seus companheiros; ver as mulheres entristecerem – se, baixarem e subirem a voz, silenciarem de repente embargadas de emoção. Viu-se, de maneira inconfundível, que os sorrisos tomavam o lugar do choro, mas também raiva, dor embaraços que demonstravam , ao mesmo tempo, esperança.

São retratos de desigualdades e discriminações que transportarão o (a) leitor (a) para uma viagem a uma realidade que não foi grafada em nenhum livro,

¹² A ideologia do branqueamento pregava a integração dos negros via assimilação dos valores brancos e teve como objetivo propagar que não existiam diferenças raciais no Brasil e que todos aqui vivem de forma harmoniosa, sem conflitos. A isto damos o nome de democracia racial. Projeta uma nação branca que, através do processo de miscigenação, irá arrancar o negro da nação brasileira, supondo-se, assim, que a opressão racial acabaria com a raça negra pelo processo de branqueamento. Preocupados com essa questão, políticos brasileiros do final do século XIX, guiaram a Política Nacional de embranquecimento com a imigração européia e uma abolição da escravatura feita de forma a empurrar os negros para as margens da sociedade. Essa política conservava os negros em condições de extrema pobreza até que se extinguissem devido à mortalidade infantil, desnutrição, doenças e também através das sucessivas miscigenações, ou seja, até que os negros desaparecessem por completo do cenário nacional (OLIVEIRA,2008).

mas será apresentada para lembrar a importância das experiências e das memórias de exclusão de mulheres negras que não esmorecem nem se intimidam diante das recorrentes (re) produções do racismo e sexismo.

Fatos apontam que, mesmo para algumas das protagonistas, silenciar, negar ou negligenciar a questão de gênero e de raça é uma alternativa que lhes permite uma vida mais “cordial”, evitando, assim, constrangimentos ou conflitos de consequências imprevisíveis.

Os depoimentos foram colhidos de Amali, Areta¹³, Dalila¹⁴, Jamilla¹⁵, Mema¹⁶, Nina, Safi¹⁷ e Latifa¹⁸ (nomes femininos de diversas regiões da África, onde cada um deles foi escolhido para representar alguma característica de cada mulher negra entrevistada nesta investigação científica); Mulheres negras com idade acima dos 25 anos, solteiras, separadas, viúvas ou amasiadas; mães e avós que chefiam suas famílias atuando no mercado informal ou desempregadas, exceto Areta e Jamila, que até a data da entrevista encontravam-se empregadas no mercado formal, sendo uma nos serviços gerais e a outra no atendimento ao público como crediária; com baixas escolaridades e/ou com perspectiva de voltar aos estudos, com diversas fragilidades, entre elas a violência, o preconceito e a discriminação, seja pelo gênero, seja pela raça/cor e, de acordo com algum relato, pelo bairro onde moram.

Elas residem nos bairros João Turquino e Jardim Maracanã há mais de 10 anos, resilientes da ocupação de fundo de vale da região oeste de Londrina, local bastante estigmatizado por muitos (as) no município, devido ao processo de formação dos bairros que foi/é marcado pela pobreza, violência e tráfico de drogas. São beneficiárias do Programa Bolsa Família e atendidas nos Serviços da Assistência Social de Londrina. São mulheres que mostram como o racismo e o

¹³ Significa: Encantadora. Disponível em http://nomesafricanos.xpg.uol.com.br/femininos/l_f.html visitado em 10 de out.2015.

¹⁴ Significa: A gentileza é sua alma. Disponível em http://nomesafricanos.xpg.uol.com.br/femininos/l_f.html visitado em 10 de out.2015.

¹⁵ Significa: Bela. Disponível em http://nomesafricanos.xpg.uol.com.br/femininos/l_f.html visitado em 10 de out.2015.

¹⁶ Significa: Bondade. Disponível em http://nomesafricanos.xpg.uol.com.br/femininos/l_f.html visitado em 10 de out.2015.

¹⁷ Significa: Pura. Disponível em http://nomesafricanos.xpg.uol.com.br/femininos/l_f.html visitado em 10 de out.2015.

¹⁸ Significa: Gentil. Disponível em http://nomesafricanos.xpg.uol.com.br/femininos/l_f.html visitado em 10 de out.2015.

sexismo constroem uma desvalorização pessoal e social quando a questão está relacionada diretamente as suas situações .

Essas mulheres conscientes da realidade brasileira de racismo e sexismo na sua maioria, vivenciam e/ou vivenciaram violências de todos os tipos: verbal, psicológica, moral, física e patrimonial. Algumas dividiram suas experiências e vivências sobre o assunto nas entrevistas, enquanto outras preferiram calar-se. Esse é um problema que ainda assombram muitas mulheres e que mutila, aleija e mata, fisicamente e moralmente.

Quando tal fenômeno opera com a raça/cor, a incidência da violência se agrava, atropelando toda a condição de um ser, junto a sua dignidade, respeito, direito e oportunidade.

Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro , retratam como a mulher negra é vista em nossa sociedade, porém, entre as entrevistadas, uma delas relatou com simples palavras e sem teoria como são tratadas. Segundo Dalila, *” ser mulher é muito difícil e negra mais difícil ainda. Porque ser mulher e negra já fala que vira prostituta, que não presta. Tudo pra eles é a base disso”*.

Será que esta fala faz parte de um imaginário ou de uma vivência? Certamente é de uma vivência que se ressignifica diariamente na academia com suas teorias sociais, mas, na prática, trata-se de problemas que não tiveram grandes alterações. Talvez os espaços em que se costuma transitar não condizem com aqueles que são escamoteados pela sociedade.

Dalila, aos dois anos de idade, foi deixada pelas irmãs em um abrigo, pois seu pai abandonou os (as) filhos (as) após o falecimento de sua companheira, mãe de Dalila. Não completou seus estudos e está à procura de um emprego. Em sua fala ,alegou que deixou currículo em diversos locais de trabalho, e ainda nem se quer recebeu um convite para a entrevista de emprego. Acredita que o problema de não ter sido chamada está na crise ou no bairro onde mora , porque muitas vezes até a sua amizade é dispensada quando comenta que reside no Jardim Maracanã.

O trabalho, para muitos autores, é considerado espaço importante de socialização, mas, quando não se tem isso, pensa-se que pelo menos pessoas para se relacionar se tem. Parece que isso também está faltando para muitos (as), sobretudo às mulheres negras à margem da sociedade.

A fim de aprofundar um pouco mais o assunto o mercado de trabalho , recorre-se a Carneiro:

O acesso ao emprego e ao trabalho é condição primordial para a reprodução da vida, e sua exclusão é também a primeira forma de negação desse direito básico da cidadania. As evidentes barreiras de natureza racial e de gênero no acesso igualitário ao trabalho apresentadas pelos proponentes¹⁹ resultaram na consecução de referido programa, que parte de uma posição ativo-expectante, de confiança na possibilidade de sensibilizar as empresas e negociar um novo pacto de relações de trabalho – em que atitudes discricionárias percam o caráter naturalizado que adquiriram em nossa história laboral – para ensejar novos paradigmas de modernização dessas relações. Assim, percebe como urgente a adoção de mecanismos inclusivos pelas empresas para reverter as desvantagens historicamente acumuladas por segmentos sociais expostos sistematicamente a processos de discriminação no acesso ao mercado de trabalho (CARNEIRO, 2011,p.110).

Por que, para a autora, são esses os passos essenciais para que se possa romper com um tipo de sensibilidade social indiferente ou resignada com essa exclusão histórica? Porque, assim, os segmentos expostos aos processos de discriminações, principalmente as mulheres, não precisarão convencer-se de que o fato de não possuírem um emprego esteja entre outros quesitos como crise ou o bairro onde moram, que, também podem ser impedimentos para o trabalho.

Entretanto, em contexto econômico marcado por altas taxas de desemprego e pelo desemprego estrutural, são exigidos altos níveis de escolarização da mão de obra desempregada, o que afasta cada vez mais os negros do mercado de trabalho porque, a população negra conhecidamente compõe o quadro dos grupos sociais que experimentam as maiores desigualdades educacionais (CARNEIRO, 2011).

Por exemplo, entre os oitos depoimentos coletados para análise nesta pesquisa, somente Jamila possui o Ensino Médio completo, com perspectiva de voltar aos estudos. Amali e Nina, depois de terem criado os (as) filhos(as), retornaram aos estudos a fim de concluir ao menos o Ensino Médio, mas infelizmente não foi possível, primeiro pela responsabilidade do cuidado dos(as)

¹⁹Programa de Promoção de Igualdade de Oportunidade para Todos, sob a liderança do vice-procurador do Ministério Público de Trabalho Otávio Brito Lopes, que comandava a Coordenadoria Nacional de Promoção da Igualdade de Oportunidade e Eliminação da Desigualdade no Trabalho (Coordigualdade), órgão vinculado à Procuradoria – Geral do Trabalho (PGT).(CARNEIRO, 2005)

netos(as) e pela perda de um dos filhos, e segundo pela distância dos colégios e pela ausência de Ensino para Jovens e Adultos no bairro.

Essas afirmações foram constatadas na entrevista, quando realizada a pergunta; - Por que parou de estudar?

Amali: “Ah, que aconteceu umas coisas e aí eu perdi um filho. Agora vou ver se vou retornar”

Nina: “eu parei porque a gente tinha que saí fora daqui pra estudar né. Eu terminei o ginásio aqui no Noemia Malanga, no curso à noite. Aí já veio os netos e já complico mais. Daí eu desisti também de estudar”.

Essa responsabilidade pelo cuidado está presente no cotidiano da maioria das mulheres, atividade que as mulheres realizam para suas famílias. Embora existam traços comuns entre todas as mulheres, elas não são um grupo homogêneo, pois o grau da responsabilidade depende das classes sociais, da idade, do estado civil e do lugar de residência (CARLOTO & MARIANO, 2012).

Reflexões importantes foram levantadas pelas teóricas, mas é preciso incluir mais um elemento importante para pensar a questão do cuidado – a raça/cor, porque se a mulher for pobre, casada e com filhos (as) e negra, o cuidado não será apenas para suas famílias. Muitas acabam cuidando da família do outro, na condição de trabalhadora doméstica, o que pode ser constatado a seguir. Enquanto seus filhos e filhas ficam sob o cuidado de um (a) irmão (ã) mais velho (as) ou de ninguém,

A tarefa doméstica nos lares dessas trabalhadoras é repassada para a família estendida, quando há, as filhas (da mais velha em diante) e filhos, redes de ajuda mútua, quando disponíveis-, e para a própria trabalhadora em sua jornada extenuante após o trabalho. Na maioria dos casos e países, em especial nos países pobres ou em desenvolvimento, o papel da rede pública de apoio é essencial, porém pouco efetivo, dada sua carência de oferta, de adequação e de qualidade (SANCHES, 2011,p.102).

Nina retrata essa realidade que está relacionada diretamente ao papel que a mulher negra desempenha desde a escravidão no Brasil. Esse espaço social foi determinado desde sempre às mulheres negras que não tiveram uma oportunidade diferente do trabalho doméstico, condição que até hoje faz parte do

cenário social brasileiro. Na cidade de Londrina este processo não ocorreu de forma diferente.



Figura 18: Nina na profissão de babá em 1970.
Cedida por Evangelina Maria Ignácio em 2015

Mesmo com todas as adversidades, essas mulheres se colocaram à disposição da comunidade e de muitas mulheres que enfrentavam diferentes situações de violência e discriminação, aspectos que inspiraram Amali e Nina ao combate das desigualdades causadas por esses e outros problemas. Por isso, o retorno aos estudos tornou-se primordial para ambas, sobretudo para Nina, retratado na imagem a seguir.



Figura 19 : O retorno de Nina à Escola ano 2000.
Cedida por Evangelina Maria Ignácio em 2015.

Nina insistiu um pouco mais na tentativa de concluir o Ensino Médio, por causa da sua ativa participação no bairro, como liderança na comunidade, frente da Associação de Mulheres do João Turquino e Jardim Maracanã junto à Amali, mas ainda não foi possível para ambas realizar esse objetivo.

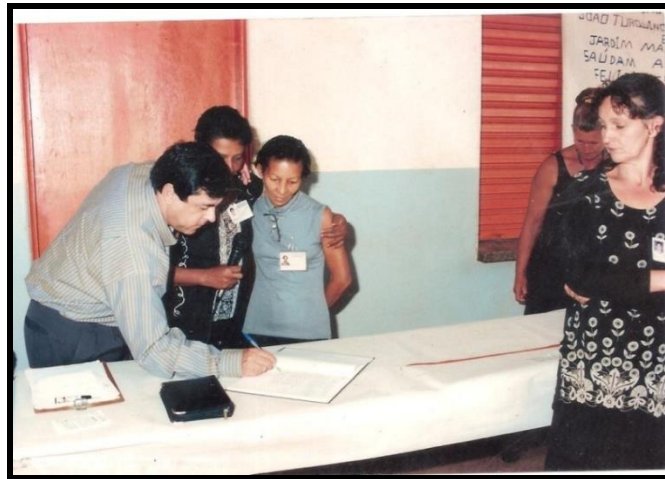


Figura 20: Nina junto ao prefeito Belinati assinando a Ata de posse da associação de Mulheres ano 2000.
Cedida por Evangelina Maria Ignácio em 2015.

Nesse contexto parece pertinente comentar o cenário educacional da atualidade, pois tem - se um sistema ineficiente, de baixa qualidade e estruturado sobre uma base de discriminações e desigualdades cruzadas, de forma que não se pode analisá-lo sem um olhar capaz de incorporar e observar a pluralidade de

variáveis que interferem em seu funcionamento (QUERINO, LIMA & MADSEN, 2011).

A população do Jardim Maracanã e do João Turquino experimenta essa ineficiência através da ausência de Escolas e colégios na comunidade e quaisquer outras políticas públicas que os beneficiem com o acesso e a permanência na escola. Essa ausência governamental também é responsável pela significativa evasão escolar na região, pois a dificuldade de acesso à educação deixa os(as) moradores(as) desses bairros fora dos muros da escola.

O foco no acesso inclui pensar nas questões de gênero e raça, porque, quando se fala da ineficiência estruturada, faz – se referência à tríade da exclusão brasileira: gênero, raça/cor e classe. Hoje há políticas de ações afirmativas que incentivam o acesso e a permanência nas universidades. Anterior a isso, porém, há um processo educacional que muitas vezes não conta com docentes dispostos a pensar e a refletir sobre a realidade de um bairro que, na sua maioria, é constituído por uma população negra e que o racismo por ela cotidianamente enfrentado também condiciona e estrutura a situação de exclusão vivenciada. Pequena e restrita, portanto, será a sua efetividade dessas ações afirmativas.

Vale ressaltar, entretanto, que também houve um significativo avanço por conta dessas políticas, mas, infelizmente, elas não são suficientes para superar um problema que está arraigado desde longa data.

Ao ser questionada sobre ter vivenciado na escola alguma experiência boa ou ruim por causa da raça/cor, Jamila relatou:

Já, tinha bastante preconceito quando eu era mais nova, teve uma fase assim, acho que tava na quinta série, que eu já nem queria ir mais pra escola. Porque tinha bastante preconceito. Eu não sou muito de amizades, minhas amizades são bem selecionadas, igual àquele ditado “ eu tenho poucas mas são verdadeiras”. E teve uma fase que era os grupinhos assim dos brancos, que a gente falava. E eles começava a xingar, não deixava a gente brincar com eles e foi uma fase que eu não queria ir pra escola, aí minha mãe conversou comigo e eu fingia de conta que nem era comigo, deixei passar.

A pergunta seguinte foi : E qual foi o papel dos seus professores em relação a essa discriminação?

Eles falava que era brincadeira de criança. Porque eu só tinha uma professora negra e ela conversava com eles (os) (as) alunos(as), mas quando ela virava as costas começava tudo de novo. Mas os outros falava que era coisa de criança , que era para mim deixar pra lá e assim foi.

Quanto às experiências de violência ou discriminação na escola por ser mulher, Jamila afirma:

Nisso não tive problema não. Porém por ser negra: Tinha muita piadinha, isso eu não gosto até hoje. Pra me chamar pra briga é fazer piadinha de raça assim, de cor. Eu não gosto, já discuti no meu serviço com minha patroa só que ela conseguiu sair lisa, falou que era brincadeira, mas eu não aceito de ninguém.

Esses fatos ocorreram há quinze anos, na trajetória escolar dessa mulher negra, pois hoje está com vinte e sete anos e vivencia as diversas manifestações de discriminação racial em outros espaços, assim como relatou sobre a situação referente a raça/cor em seu trabalho. Mas a história se repete no âmbito familiar, pois seu sobrinho também tem experimentado tais situações de racismo na escola. Isso está acontecendo hoje com ele e com diversas crianças, adolescentes e jovens negros(as), ou seja, com a população negra.

Assim que prossegui com a entrevista, para tratar das questões relacionadas a família e filhos(as), eis o que Jamila disse,

a minha filha tem um gênio mais forte do que eu, o que ela pensa fala na lata. Mas meu sobrinho, ele é bem negro mesmo e ele fala que os meninos chama ele de neguinho. – A gente fala tanto pra ele que é bem sentimental. E ele sempre chega falando, - o menino me xingou, chamou eu de neguinho. A gente explica pra ele deixa pra lá que isso não agrava em nada não.

O sentimento de rejeição existe no dia a dia. A família não possui instrumentos suficientes para discutir sobre o problema do racismo. A forma mais fácil que eles encontram é pedir ao sobrinho para deixar para lá, assim como Jamila deixou quando frequentava a escola. Esse é um processo intergeracional que não pode ser ignorado e escamoteado.

Assim, pensar nas desigualdades de raça e gênero na educação significa pensar em como o processo educacional pode reforçar a separação e

valorização diferenciada de indivíduos em como esse mesmo processo pode (re) produzir preconceitos e discriminações associados a raça/cor e sexo.

Evidenciar a realidade dessas mulheres, famílias e filhos(as) faz – se necessário para a compreensão das condições em que estão inseridas, junto com os seus. Essa abordagem sobre diferentes assuntos relacionados as suas vivências dá vida para dois problemas sociais – racismo e sexismo - que fazem parte de um imaginário racista e sexista que propõe imagens estigmatizadas às pessoas negras e mulheres, principalmente às mulheres negras.

Tais representações que reiteram uma visão de anomia em relação aos negros, sobretudo as mulheres negras que, na construção histórica e social, foram escravizadas à mercê de colonizadores que destituíram seus homens da condição de provedores e protetores e tiveram que contar consigo mesmas e inventar formas de sobrevivência para si, suas famílias e, muitas vezes, também para seus homens. Fizeram de tudo nas casas grandes, senzalas e nas ruas; mulheres negras que perseveraram mundo afora (CARNEIRO, 2011).

Essas mulheres, que conforme afirma Marcelo Paixão, são:

Narrativas entrecortadas, pedaços de vida e experiências da escravidão e liberdade inventadas, apresentam mulheres negras que conheceram a escravidão algumas talvez na própria África, e a redefiniram na Diáspora. Mais que isso, inventaram a escravidão e a liberdade. Reorganizaram a própria vida e a de seus familiares. Não encontramos tão somente mulheres submissas ou expostas à opressão, que correspondessem ao tipo de mucamas, violentadas sexualmente ou oprimidas pelas relações de gênero no interior das próprias senzalas(PAIXÃO, 2012,p.303).

A resistência das mulheres negras também fez parte do período escravista, muitas resistiram a opressão e submissão violenta. O fato é que sua história não é reconhecida tanto quanto a do homem negro, mas para elas , no decorrer do processo de desenvolvimento brasileiro, seu papel frente às relações de gênero e raça, paira até hoje na sua estigmatização e erotização. Uma construção social sob o efeito do racismo e do sexismo.

CAPITULO II

2.1 A MULHER NEGRA NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Neste capítulo, busca-se refletir sobre o passado e o presente da mulher negra, tanto na escravidão como na atualidade um retrato de invisibilidade, pois, de seu papel, tanto nas relações de gênero quanto nas relações raciais, somente a imagem da mulher negra mucama e sua permissividade sexual em relação aos seus senhores, é apresentada situações que constroem um estigma e erotização no cotidiano da mulher negra (PAIXÃO & GOMES, 2012).

Na conjuntura escravocrata, Lélia Gonzalez apresenta que a mulher negra aparece da seguinte maneira:

[...] enquanto escrava foi predominantemente encontrada sob duas categorias: a trabalhadora do eito²⁰ e mucama²¹. E o que se percebe é que, em ambas as situações couberam-lhe a tarefa de doação de força moral para seu homem, seus filhos ou seus irmãos de cativeiro. Enquanto escrava do eito, ninguém melhor que a mulher para estimular seus companheiros para fuga ou a revolta, uma vez que, trabalhando de sol a sol, sub alimentada e, muitas vezes, cometendo o suicídio para que o filho que trazia no ventre não tivesse o mesmo destino que ela. Enquanto mucama, cabia-lhe a tarefa de manter, em todos os níveis, o bom andamento da casa grande: lavar, passar, cozinhar, fiar, tecer, costurar e amamentar as crianças nascidas do ventre "livre" das sinhazinhas. Sem contar as investidas sexuais do senhor branco que, muitas vezes, convidava parentes mais jovens para se iniciarem sexualmente com as mucamas mais atraentes (GONZALEZ, 1982 p.92).

É desse contexto que os autores Marcelo Paixão e Flávio Gomes estão enfatizando, que surge um retrato da mulher negra revelado em um cenário marcado pela opressão, em que as mulheres construía ambientes de autoestima ao "seu homem" e se tornavam decisivas para as fugas. Essas mulheres que ajudaram a manter a integridade dos arranjos familiares, mesmo sendo, em muitas ocasiões, exploradas sexualmente pelos senhores e seus parentes. Ademais,

²⁰Palavra usada para designar, de uma maneira geral, o espaço, no qual os escravos africanos eram obrigados a trabalhar na zona rural. Por exemplo: nos plantios de cana-de-açúcar, no nordeste brasileiro, durante o período colonial era a palavra usual para se referir ao escravo.

²¹No Brasil e na África portuguesa, escrava ou criada negra, jovem, que vivia mais próxima dos senhores, ajudava nos serviços caseiros e acompanhava sua senhora em passeios. Ama de leite dos filhos de seus senhores. Dicionário de Língua Portuguesa.

contribuíram diretamente na manutenção da riqueza e da originalidade cultural entre os seus, sendo as primeiras agentes da emancipação das comunidades afros descendente (PAIXÃO & GOMES, 2012).

“Acerca das experiências das mulheres escravas, apontam para um estado de resistência que apresentavam no trabalho diário, feito no interior das plantações, onde se não cooperassem, eram castigadas severamente”. (PAIXÃO & GOMES, 2012, p.298). No entanto, nota-se que as práticas sociais e a vida cotidiana de negrão foram tão somente de violências físicas e sexuais de gênero, mas também de resistência.

Todavia, não se pode analisar todo esse contexto diminuindo o conjunto de opressões experimentadas pelas mulheres negras, enquanto escrava ou no pós - abolição. Através desse olhar mais apurado e crítico, verifica-se que nesse processo a mulher negra esteve comprometida por dois fenômenos cruciais, o racismo e o sexismo, marcadores de grande relevância para a análise do contexto social da mulher negra na sociedade brasileira.

Discorrer, portanto, sobre o contexto histórico e social da mulher negra no Brasil é visualizar um cenário de desigualdades de gênero e raça e violência, sustentada por uma ideologia racista e sexista. Esse sistema de ideias causou no dia a dia da população negra, sobretudo das mulheres negras, um processo de desvantagem impossibilitando a percepção das injustiças, a invisibilidade da violência, que se dá pela falsa cordialidade racial entre negras (os), e brancas (os), e na relação de gênero no Brasil.

No país, diz - se que há um racismo cordial²², querendo fazer crer que até a mais violenta forma de discriminação pode assumir caráter aparentemente mais ameno do que em outras partes do mundo, como, por exemplo, nos Estados Unidos e na África do Sul. Entretanto, essa falsa cordialidade faz com que as manifestações discriminatórias ultrapassem os espaços subjetivos das relações entre negras (os) e brancas (os).

Vale ressaltar que a discriminação e os preconceito raciais possuem o mesmo formato do período pós-abolição, pois não se trata de um fenômeno estático, pelo contrário, adquire novos significados e funções dentro das novas

²²“Radiografia da 'democracia racial' brasileira" in Turra, Cleusa e Venturi, Gustavo (org.) Racismo cordial, A mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil, S.Paulo, Editora Ática S.A., 1995.

estruturas e práticas racistas do grupo dominante branco que perpetuam a subordinação dos (as) negros (as). Seja através de benefícios materiais e/ou simbólicos, a população branca desqualifica a população negra (HASENBALG, 1979 p. 85).

Ora essa representação da (o) negra (o) como exótico – sensual que atrai e dá prazer, aspecto em que as mulheres negras são referências históricas, foi estabelecida pela ideologia machista e racista engendrada no cerne de nossa sociedade.

Nesse contexto, no imaginário da sociedade brasileira, a mulher negra, muitas vezes representada na figura da mulata, é tida como exótica e sensual. Essas ideias, que têm suas origens em pressupostos racistas e sexistas, são muitas vezes assimiladas pelas próprias vítimas desses processos discriminatórios, isto é, as mulheres negras, como forma de “facilitar” seu enquadramento na sociedade e sua percepção como mulher.

Nessa declaração constata-se que a conjugação do racismo com o sexismo produz sobre as mulheres uma asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida, que se manifestam em sequelas emocionais com danos à saúde mental e rebaixamento da autoestima: em uma expectativa de vida menor, em relação à das mulheres brancas; em um menor índice de casamentos; e sobretudo no confinamento nas ocupações de menor prestígio e remuneração (CARNEIRO, 2011, p. 127 -128).

Deste modo, Lélia Gonzalez afirma que muitas mulheres negras, num processo de alienação imposta pelo sistema, submetem-se à exposição sem perceberem que estão sendo manipuladas como objetos sexuais, provas concretas de uma cordialidade racial presente no cenário social. Essas mulheres que são sutilmente cooptadas pelo sistema sem perceberem o alto preço a pagar, o da própria dignidade (GONZALEZ, 1982).

Não se pode esquecer, no entanto, que em meio a essas experiências vivenciadas pela mulher negra, o sexismo contribui diretamente para que essas imposições gerem discriminações e violência em seu cotidiano.

Portanto, para a compreensão da trajetória da mulher negra no país, faz se necessário analisar esses aspectos cruciais, de ordem histórica, de modo que

apontem o racismo e o sexismo como construções ideológicas cujas práticas desoneram a compreensão sobre realidade social da mulher negra brasileira.

Tais construções ideológicas, para Lélia Gonzalez, tornam a mulher negra no Brasil um sujeito que sofre dupla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam na mais baixa posição na pirâmide social. De modo que, geralmente, a mulher negra é vista pela sociedade a partir de alguns tipos de qualificação "profissional: mucama, doméstica e mulata. A "profissão de mulata" é uma das mais recentes criações do sistema hegemônico no sentido de um tipo especial de "mercado de trabalho" (GONZALEZ, 1982).

Segundo Paixão e Gomes, "hoje temos indicadores sociais que apontam as desigualdades no mercado de trabalho e preponderância feminina na chefia dos domicílios das grandes regiões metropolitanas, com seus muitos outros silêncios". (PAIXÃO & GOMES, 2012, p. 297).

A persistência desse cenário torna evidente que, cada vez mais, existem grupos étnico-raciais em maior desvantagem em relação aos outros, pois pesquisas demonstram que a população negra, principalmente as mulheres negras, encontra-se em situações mais precárias em relação aos demais grupos. A desigualdade vai desde o campo do trabalho, da saúde, da educação até o espaço doméstico, da distribuição de renda e da pobreza.

2.2 MULHER NEGRA EM LONDRINA

Londrina é um município localizado na região norte do estado do Paraná com uma população de 506, 701 habitantes, segundo o censo do IBGE de 2011. Desse números 52% é de mulheres e 48%, de homens. O município possui 20.538 mil mulheres a mais que homens (PERFIL DO MUNICÍPIO DE LONDRINA – 2014 (Ano Base 2013).

E entre o número de mulheres que compõem a cidade de Londrina, 66.093 são negras, o que equivale aproximadamente a 26% do total de mulheres no município. Vale ressaltar que, quando se realiza esse cálculo, há uma somatória das mulheres que se autodeclaram pretas ou pardas, pois, segundo estudiosos, a categoria "negros" representa a somatória de pretos + pardos

(IBGE).Essa , foi a razão de se utilizar a classificação negra para uma abordagem das mulheres pardas.

Ao desmembrar esses números por sexo e raça/cor obteve - se a tabela a seguir:

Tabela 1 – Perfil da população londrinense por sexo e raça.

Sexo/Raça	BRANCO (A)	NEGRO (A)*	AMARELO (A)	INDIGENA
HOMEM	168.556 hab. ²	66.003 hab. ²	8.202 hab. ²	295 hab. ²
MULHER	187.986 hab. ²	66.093 hab. ²	9.246 hab. ²	315 hab. ²
TOTAL	356.542 hab. ²	132.096 hab. ²	17.448 hab. ²	610 hab. ²

Fonte: Perfil do município de Londrina – 2014 (Ano – Base 2013).

* Negro (a) – incluindo pretos (as) e pardos (as).

No entanto, ao evidenciar esses dados dissociados por sexo e raça/cor, nota-se que o número de mulheres é maior em todas as classificações raciais do município. Ao comparar o número da população negra e branca, tem –se uma diferença de 62, 95% entre os dois grupos raciais, em que o maior número de habitantes de Londrina se autodeclaram brancos(as), uma diferença que representa o retrato histórico da cidade de Londrina.

Esse contexto não anula as disparidades existentes entre a população branca e negra, devido ao racismo e sexismo, fatores que podem ser evidenciados tanto no cenário brasileiro quanto na cidade de Londrina, cidade onde está sendo desenvolvida esta pesquisa.

Por exemplo, quando se pensa nos os números de habitantes por sexo e raça/cor em relação a negros(as) e brancos(as), no quqe tange aos rendimentos mensais de cada segmento populacional, de acordo com os dados contidos no relatório Perfil do Município de Londrina, obtêm - se tais realidades:

Tabela 2 – Rendimentos mensais por raça/cor responsáveis pelos domicílios particulares, por cor ou raça, segundo o sexo e as classes de rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* no município de Londrina(2015).

Rendimentos/sexo e raça	BRANCO	BRANCA	NEGRO	NEGRA
Até 1/8	122	198	126	240
Mais de 1/8 a 1/4	884	912	750	791
Mais de 1/4 a 1/2	5005	4171	3447	2884
Mais de 1/2 a 1	16667	12166	8743	6035
Mais de 1 a 2	22467	13230	8400	4364
Mais de 2 a 3	9342	5092	2300	919
Mais de 3 a 5	7543	4333	1007	507
Mais de 5 a 10	5230	2785	417	198
Mais de 10	2064	840	103	40
Sem rendimentos	1400	1491	602	617

Fonte: Perfil do município de Londrina.

Com base no IBGE - Censo Demográfico 2010.

Notas: Utilizado o Salário mínimo/ Tabela produzida pela própria pesquisadora.

Organização dos dados: PML/SMPOT/DP/Gerência de Pesquisas e Informações.

Diante desses dados nota-se que os homens brancos estão mais representados nos maiores rendimentos, isso comparado aos demais segmentos, sobretudo à população negra, seja homem ou mulher. A mulher branca encontra-se em 2º lugar no *ranking*, pois seus rendimentos são menores que dos homens brancos, sobretudo maiores que os da população negra. O homem negro fica com a 3ª lugar e a mulher negra na base da pirâmide. Ou seja, as mulheres dos dois grupos raciais sofrem os efeitos de uma sociedade sexista, porém o racismo torna-se um fator agravante e determinante na compreensão das desigualdades entre brancos(as) negros(as), principalmente no cotidiano das mulheres negras, com os menores rendimentos.

Na tabela 3, relacionada à escolaridade, ao se fazer uma separação entre mulheres e homens, levando-se em consideração a classificação racial, continua a haver uma grande diferença entre mulheres brancas e negras e entre as mulheres negras e os homens brancos. apresentando as mesmas considerando-se os homens negros em relação ao grupo de cor e sexo. Os indicadores

apresentam resultados pertinentes para pensar o assunto. Alguns fatores atuam de forma a alterar e , muitas vezes, ampliar as diferenças que geram desigualdades:

No caso das desigualdades de gênero, embora as mulheres apresentem um melhor desempenho educacional (média de anos de estudos mais elevada, maiores taxas de escolarização em todos os níveis de ensino e uma maior proporção de pessoas com nível superior concluído), elas ainda enfrentam desafios no que diz respeito aos retornos esperados pelo investimento educacional: seus rendimentos são inferiores aos dos homens, sua participação nos postos de comando e na condição de proprietárias-empregadoras ainda é restrita(IPEA,2013 p.54).

Tabela 3 – Nível de escolaridade por raça/cor e sexo no município de Londrina (2015).

Escolaridade/Sexo e Raça	BRANCO	BRANCA	NEGRO	NEGRA
Sem escolaridade e fundamental incompleto	40 756	47 564	24 099	24 970
Fundamental completo e ensino médio incompleto	24 675	27 464	11 552	11 315
Médio completo e superior incompleto	42 391	45 899	12 161	9 507
Superior completo	22 301	30 525	2389	3594
Não determinado	683	646	246	183
TOTAL	130 806	152 098	50 447	49 569

Fonte: Perfil do município de Londrina 2014 (com base de dados 2013).

Tabela produzida pela própria pesquisadora.

Em relação às desigualdades raciais, nota-se que as chances de mobilidade através do processo educacional para o alcance de posições ocupacionais com maiores rendimentos não está sendo suficiente para amenizar as desigualdades. Vale ressaltar que não é apenas nos aspectos educacionais e profissionais que os efeitos do racismo são percebidos, mas também nos processos de desvantagens cumulativas em relação à mulher negra da região oeste de Londrina.

Ao estabelecer uma conexão entre gênero e raça, acredita-se que haverá maiores possibilidades para analisar e compreender a (re) produção do racismo e do sexismo no contexto em que esta pesquisa está sendo feita.

Segundo informações evidenciadas no diagnóstico territorial²³ realizado em 2011 pela equipe técnica²⁴ e pela equipe de apoio²⁵ do Centro de Referência à Assistência Social da região oeste A²⁶, que atende as (os) moradoras (es) dos bairros pesquisado neste trabalho, esses territórios estão marcados por diversas vulnerabilidades, pobreza, baixa escolaridade, violência doméstica, violência urbana, tráfico de drogas entre outras, formando um cenário de desigualdades

Esse levantamento territorial aponta que os maiores números de famílias referenciadas e atendidas pelo CRAS oeste A estão no Jardim Maracanã, 464 famílias, e no Jardim João Turquino , 463 famílias (SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL,2011). Quanto aos assentamentos e favelas urbanizadas regularizadas, no Jardim Maracanã há 639 famílias , com 2 236 pessoas, e no João Turquino , 592 famílias , com 2 072 pessoas.(PERFIL DO MUNICÍPIO DE LONDRINA, 2014(ANO-BASE 2013).

Além dessas vulnerabilidades há situações de risco de âmbito intra - familiar e/ou doméstico, como a negligência, o abuso sexual, a violência física, entre outras, praticadas contra crianças e adolescentes, e também contra as mulheres, que, em grande maioria, omitem as agressões, por medo de novas violências (SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2011).

Algumas dessas condições sociais foram evidenciadas durante atendimentos sociais realizados pelas assistentes sociais de referência dos bairros investigados nesta pesquisa e que contribuem para a reflexão sobre as situações sociais das mulheres negras desta região.

Informações coletadas em uma entrevista com assistente social de referência do CRAS Oeste A, que atua como técnica de um dos bairros pesquisados, precisamente o Jardim Maracanã, confirmaram a presença de algumas situações apontadas anteriormente:

²³ Secretaria Municipal de Assistência Social da Região Oeste A , elaborado no ano de 2011.

²⁴ Assistentes Sociais: Maria José da Mata, Adriana Aparecida dos Santos, Solange aparecida de Oliveira, Ana Elise Meira A. Alcântara e Daniela Batizaco Parra;Psicólogas: Livia Malchiaffava Salvioni e Marcela Hirata.

²⁵ Técnicos (as): Thiago Tomoaky, Andressa, Úrsula; Estagiários(as) Mônica Dias Ribeiro, Everton Yukita,Cintia Valério de Souza Santos e Tamires.

²⁶ Centros descentralizados de caráter público, com uma política de proteção social as famílias e pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social.

São famílias com serviço informal, com renda baixa de 1 a 2 salários mínimos ou zero. A drogadição atinge várias famílias, principalmente os jovens. Diria assim, que a maioria dos casos de vulnerabilidades vem da drogadição e por consequência disso surgem os outros. Alcoolismo e outras drogas. A violência contra a mulher vem em decorrência do alcoolismo. O trabalho infantil, encontramos várias crianças que trabalham e ajudam os pais, por isso acabam saindo da escola, que é um outro problema que evidenciamos no Jardim Maracanã, e também pelo fato das escolas serem longe, principalmente a partir do sexto ano, as crianças acabam desistindo da escola e por isso há um grande número de evasão escolar no mais acredito que sejam essas as vulnerabilidades mais frequentes (MATA, 2015).

Afirma também que:

A maioria dos sujeitos atendidos(as) são mulheres com uma média de idade de 60 anos ou no início da juventude até os 20 e 25 anos, com uma grande procura. Quanto a cor dessas mulheres são na maioria pardas, brancas é bem menos, então acredito que a população afrodescendente na procura dos atendimentos é bem maior. (MATA, 2015).

Esses dos relatos da profissional da assistência social, em relação à renda das pessoas atendidas por ela, podem ser constatados em dados no sistema de Informatização das Redes de Serviços da Assistência Social - IRSAS, banco de dados onde são inseridas as informações de cada pessoa atendida pelas redes de serviços, como: CREAS, CRAS, ECONOMIA SOLIDÁRIA, entre outros.

Os dados constatados na tabela 4 sobre os rendimentos dos(as) moradores(as) do Jardim Maracanã, indicam que é necessário analisar para além dos fatos sociais tratados nesta pesquisa, o racismo e sexismo e refletir por que todos os(as) residentes dessa região possuem uma renda baixa.

Essa situação dá subsídios para alegar que são especificamente a questão racial e de gênero os determinantes causais em relação ao contexto de desigualdades dessas pessoas, mas pode-se afirmar que tais elementos sociais se tornam agravantes em relação a esse público, sobretudo as mulheres de ambos os grupos raciais e homens negros, segmentos que apresentam os menores rendimentos. Vale, porém ressaltar que o fato de as mulheres negras terem os

menores rendimentos é de grande expressividade para discutir o problema proposto nesta dissertação.

Ao ser comparada com a população branca, a diferença de remuneração das mulheres negras torna-se mais visível. Quando elas se equiparam, é porque o número de mulheres negras é maior que as mulheres brancas, nesse território. Isso também ocorre na comparação entre homens negros e homens brancos.

Tabela 4 - Rendimentos mensais *per capita* por sexo e raça/cor dos(as) moradores(as) do Jardim Maracanã (2015).

Rendimentos/Sexo e cor	BRANCO	BRANCA	NEGRO	NEGRA
Até½	139	222	204	311
De 1/2 a 1	61	78	92	93
De 1 a 2	35	25	27	25
Acima de 2	1	0	1	1
Sem rendimentos	92	154	144	189

Fonte: IRSAS 2015. Secretaria de Assistência Social de Londrina.

Tabela produzida pela própria pesquisadora.

Se a discussão gira em torno da escolaridadedos(as) residentes do Jardim Maracanã, as informações prestadas pela assistente social do bairro, comparadas aos dados contidos no IRSAS, caminham lado a lado, porém não se obtêm se a precisão de que a baixa escolaridade e acesso à escola, estão diretamente relacionadas aos problemas citados por ela. Informações que precisam ser consideradas por se tratar de dados empíricos evidenciados em atendimento social.

Desta forma, os números mostram que a baixa escolaridade perpassa todos(as) moradores(as) do Jardim Maracanã, entretanto a mulher negra se sobressai em relação ao menor índice educacional. O que mais chama atenção, porém, é que, quando o grupo apresenta um nível de escolaridade mais elevado, ainda permanece com a renda mais baixa. Por exemplo: a mulher negra com curso superior completo apresentada na Tabela seguinte possui uma renda de R\$ 628,00 (IRSAS, 2015) comparada a mulher branca que apresenta rendimentos de R\$ 1154,00 (IRSAS, 2015). Por que será que ocorre esta disparidade de renda, se ambas possuem curso superior completo? Será que está relacionado ao tipo de ocupação que cada uma exerce?

Quando a análise tem como base níveis de escolaridade mais baixos a disparidade se ameniza, ou seja, enquanto 52 mulheres negras possuem o ensino médio completo e/ou superior incompleto e uma renda média de R\$ 342,54, as 32 mulheres brancas com a mesma escolaridade apresentam uma renda média de R\$ 316,53, mas essa renda média está mais relacionada a diferença entre o número de mulheres do que à igualdade de renda.

Mesmo que as desvantagens cumulativas estejam diminuindo em relação a determinados grupos sociais, ainda há evidência de que, em algum momento, as questões de gênero e raça, sobretudo de raça, continuam sendo relevantes para se refletir sobre o contexto de desigualdades sociais em torno da mulher negra, porém isso não pode ser considerado entre os residentes do Jardim Maracanã e sim fora dele, isto é, nas relações sociais externas ao contexto social vivenciado no bairro.

Tabela 5 – nível de escolaridade por raça/cor e sexo do Jardim Maracanã (2015).

Escolaridade/Sexo e cor	BRANCO	BRANCA	NEGRO	NEGRA
Sem escolaridade e fundamental incompleto	283	394	454	543
Fundamental completo e ensino médio incompleto	47	74	66	82
Médio completo e superior incompleto	33	32	26	52
Superior completo	1	2	1	1
Não determinado	1	9	10	6

Fonte: IRSAS 2015/ Secretaria de Assistência Social de Londrina.
Tabela produzida pela própria pesquisadora

Em outra entrevista com a assistente social de referência do Bairro João Turquino, ela apontou :

a maioria dos atendimentos realizados são para pessoas do sexo feminino, em relação à cor de pele, posso dizer que há uma igualdade no número de pessoas, ou seja, atendo pessoas tanto negras quanto brancas” e que as vulnerabilidades como “a baixa escolaridade, violência intrafamiliar, desemprego, alcoolismo, envolvimento com uso e tráfico de drogas, reclusão de membros da família” também são os problemas sociais mais evidenciados “ desde que iniciei minhas atividades no CRAS Oeste A, em 01 de setembro de 2011, e que estou como técnica de referência do território II, que engloba o bairro João Turquino (OLIVEIRA, 2015)

Então , a fim de contestar alguns desses aspectos importantes para compreender a ocorrência dos problemas sociais apontados pela técnica de referência do bairro, analisaram – se as informações contidas no IRSAS, de 2065 das pessoas cadastradas e atendidas e/ou que, de alguma forma, buscaram o serviço de assistência social, 607 eram mulheres negras, 491 mulheres brancas, 378 homens brancos e 488 homens negros. De acordo com essas informações, o número de mulheres negras é maior que os demais segmentos raciais.

Parece, porém, que esses indicadores não são, Indica relevantes aos olhos da profissional que atende os(as) moradores(as) do João Turquino, uma observação que está mais presente no olhar da assistente social do Jardim Maracanã, reflexos do racismo institucional. Esse problema que é frequente no cenário social para uma população que é embranquecida. Quando muito, à guisa da explicação, atribui-se à larga miscigenação, aqui ocorrida, a incapacidade que demonstramos de nos autotransclassificar racialmente. É como se indefinição estivesse na essência do nosso ser. É assim para o senso comum, é assim para a maioria dos intelectuais, no entanto, a identidade étnica e racial é um fenômeno historicamente construído ou destruído (CARNEIRO, 2011).

Portanto, numa perspectiva de apurar melhores elementos para esta pesquisa, verifica – se que, no João Turquino, assim como no Jardim Maracanã, a mulher negra apresenta as menores rendas. Em relação às rendas maiores, sua presença não é muito expressiva.

Tabela 6 - Rendimentos mensais per capita por sexo e raça/cor dos(as) moradores(as) do João Turquino (2015).

Rendimentos/Sexo e cor	BRANCO	BRANCA	NEGRO	NEGRA
Até ½	141	242	199	310
De 1/2 a 1	73	71	71	80
De 1 a 2	39	24	37	30
Acima de 2	1	1	1	1
Sem rendimentos	32	40	27	50

Fonte: IRSAS 2015/ Secretaria de Assistência Social de Londrina.
Tabela produzida pela própria pesquisadora.

Quanto aos dados dos níveis de escolaridade, eles são baixos, assim como foi constatado em entrevista com a técnica do território. Segundo informações da Tabela 7, as mulheres negras despontam novamente, e quando em nível escolar é mais elevado, o grau de mobilidade e renda é o menos recorrente e mais baixo entre as pessoas desse grupo racial. Ser negra em Londrina, ou em qualquer lugar do Brasil, ainda é estar inserida num contexto de desigualdades e discriminação, porque a sociedade constrói e determina o lugar social de cada sexo e raça/cor, estabelecendo papéis e comportamentos sociais diferenciados, promovendo relações desiguais entre homens e mulheres, negros(as) e brancos(as).

Essas afirmações, para Sueli Carneiro, fazem parte de um processo seletivo de segregação, “onde as atuais exigências educacionais para a alocação de mão de obra no mercado de trabalho formal não apenas conformam-se como um instrumento para seleção dos profissionais mais qualificados, mas também operam como um filtro de natureza racial” (CARNEIRO, 2011, p.114). Em relação às mulheres negras, quando empregadas, ganham em média metade do que ganham as mulheres brancas e quatro vezes menos do que os homens brancos. O rendimento médio nacional entre negros e brancos em salários mínimos assim se distribui: o homem branco ganha 6,3 salários mínimos; a mulher branca, 3,6; o homem negro, 2,9; a mulher negra, 1,7 (CARNEIRO, 2011).

As mulheres negras brasileiras compõem, em grande parte, o contingente de trabalhadores em postos de trabalho considerados pelos especialistas os mais vulneráveis do mercado, ou seja, os trabalhadores sem carteira assinada, os autônomos, os trabalhadores familiares e os empregados domésticos (CARNEIRO, 2011, 129).

Tabela 7 - Nível de escolaridade por raça/cor e sexo do João Turquino.

Escolaridade/Sexo e cor	BRANCO	BRANCA	NEGRO	NEGRA
Sem escolaridade e fundamental incompleto	296	392	407	454
Fundamental completo e ensino médio incompleto	61	64	60	110
Médio completo e superior incompleto	18	29	17	34
Superior completo	2	1	1	0
Não determinado	1	4	1	6

Fonte: IRSAS 2015/ Secretaria de Assistência Social de Londrina.
Tabela produzida pela própria pesquisadora.

Portanto, numa tentativa de compreender e analisar de modo mais aprofundado a origem dessa realidade, evidenciada por esses (as) profissionais, é preciso contextualizar o início da formação dos bairros pesquisados, Jardim Maracanã e João Turquino.

O Jardim Maracanã surgiu no final da década de 1990 do século XX, fruto da organização de membros familiares que ocupavam o Jardim João Turquino em um fundo de vale. A área era mais plana que o fundo de vale e favorecia a construção das moradias subnormais (barracos), porém, sua formação se fez desprovida de infraestrutura urbana, como energia elétrica, água e asfalto (SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2011).

O cenário social em que essa população reside começa a modificar-se a partir da implantação do Projeto Habitar Brasil, do Ministério das Cidades . Um programa com a proposta de urbanização e a retirada de famílias residentes em fundos de vales, com condições básicas de infraestrutura: água, energia elétrica e asfalto (SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2011).

No bairro João Turquino, a urbanização ocorreu logo após a do Jardim Maracanã. De acordo com a leitura territorial realizada pela equipe técnica do

Centro de Referência de Assistência Social, é um bairro marcado pelo estigma²⁷ da violência urbana, “tanto pela sociedade londrinense quanto pelos (as) moradores (as) do local” (SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2011).

No bairro João Turquino a incidência de vulnerabilidade refere-se à violência decorrente do tráfico e uso de drogas, como ameaças e mortes em especial de adolescentes e jovens. Há ainda, a exploração sexual comercial, a violência intra-familiar e um grande número de famílias que possuem em sua composição familiar, usuários (as) abusivos de álcool (SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2011, p.14)

Destaca-se um número de adolescentes grávidas, pois, de acordo com informações obtidas na Unidade Básica de Saúde do Jardim Maracanã, no período de 2010 a 2014, foram atendidas 8(oito) adolescentes de treze anos; 13(treze) adolescentes com quatorze anos; 28 (vinte e oito) com quinze anos; 36 (trinta e seis) com dezesseis anos; 37 (trinta e sete) com dezessete anos e 26 (vinte e seis) com dezoito anos.

Segundo informações dos(as) profissionais da saúde, a maioria dessas adolescentes não divulga o nome dos “pais” de seus filhos(as), com medo de represálias sobre elas e/ou com os homens com os quais tiveram a relação ou de quem receberam violência sexual.

A Violência é justificada pelas normas sociais baseadas nas relações de gênero, ou seja, em regras que reforçam uma valorização diferenciada dos papéis masculino e feminino, e uma autoridade do homem sobre a mulher. O medo da denúncia está relacionado à ligação afetiva entre o agressor e a agredida; ao temor de que o parceiro seja prejudicado socialmente; à culpa pela violência; ao medo de que a violência se transforme em uma situação pior; à dependência econômica Além disso, deve-se levar em conta a falta de equipamentos sociais e/ou políticas públicas para acolher essas adolescentes e jovens grávidas.

Todas essas situações podem ser evidenciadas no relato de Areta. Uma narrativa que se deu por um processo de violência intrafamiliar.

²⁷O conceito de estigma foi introduzido nas ciências sociais por Goffman (1963), que definiu como um sinal, um atributo profundamente desonroso e de descrédito que leva seu possuidor a deixar de ser uma pessoa normal para se tornar alguém "manchado" .Nos casos mais extremos de estigma, o fato é que essas pessoas são excluídas moralmente a sociedade, a vida social e também produzem uma gama de emoções negativas no resto da sociedade, como o medo ou ódio é legítimo.

Eu conheci o meu ex - marido com 10 anos de idade, daí comecei a ficar com ele, daí a gente namorou e acabei ficando grávida com 14 anos. Quando eu estava de seis meses ele foi preso. Ficou 1 ano e 7 meses e quando ela nasceu, ele saiu da cadeia. Até ai era uma relação normal, mas depois que ele foi preso ficou uma pessoa meio agressiva. Não aceitava muito as coisas, me prendia dentro de casa.

Depois de algum tempo, a violência, que era psicológica e verbal, passou a ser física, como se pode constatar no relato a seguir.

Ele saiu e eu fui dormir com as crianças, daí ele chegou já era umas 4 horas da manhã, tava muito louco, já chegou arrebatando a porta. E falou que ia me matar, daí eu fiquei bem assustada, fiquei na minha e não falava nada, pra não deixar ele mais nervoso. Daí ele pegou a faca. Mas eu, tipo assim, sempre que ele saía eu escondia todas as facas, porque eu sabia que ia volta muito louco. Só que ele acho faquinha de serrinha. Daí ele veio pra cima de mim, e eu fui pro banheiro e ele me xingando. Eu entrei dentro do banheiro e ele foi atrás de mim. E ele queria que eu confessasse uma traição que eu não fiz, daí ele agaixou na minha frente e eu empurrei ele. E saí correndo e consegui sair para a rua. Aí ele correu atrás de mim e pegou e me trouxe de volta e começou me esfaquear toda, furou meu rosto e eu tentando sair fora e comecei a gritar pra acordar as crianças pra vê se ele parava, mas ele só parou quando a faquinha entortou. E eu com medo dele começar de novo, consegui correr pra casa do vizinho. Então o vizinho abriu a porta, só que ele (ex marido) falou que se eles me acobertassem lá, me deixassem lá o negócio ia fica ruim pra eles, daí eu sai de lá porque eu não queria envolve mais ninguém. Eu voltei pra dentro e ele pego deito e dormiu. Daí eu fiquei com o rosto todo inchado ia te que da ponto, mas ele não me levou no médico, só foi na farmácia e compro uma fita pra tampa aquilo, porque eu tinha que trabalhar, depois de dois dias porque isso aconteceu no sábado. Então, eu não saía de casa pra nada, ele me levava e buscava no serviço. Fiquei uns dias sem vê minha família, por conta disso. Só que minha mãe acabou descobrindo, porque a gente foi pra igreja e tinha uma sobrinha minha. Daí minha ela contou pra minha mãe. Daí ela se revoltou e me tirou de lá, mas acabei voltando com ele de novo. Mas fui na delegacia prestei queixa e tirei foto de tudo, mas depois de um tempo acabei voltando.

Esse relato demonstra o quanto algumas dessas mulheres sofrem a violência intrafamiliar e por vezes o abuso sexual. Areta conheceu o ex-marido aos 10 anos de idade e engravida aos 14 anos. E então, a partir daí, constrói uma relação de subordinação com seu companheiro, que por fim acaba no episódio relatado acima, situações sociais que fazem parte do cenário de milhares de mulheres, sejam elas brancas ou negras. Reflexo de um problema arraigado em nossa sociedade. Uma relação de poder que se dá entre o homem e mulher . Areta

não é a única que vivência essa realidade no bairro Jardim Maracanã, pois esta situação é evidenciada diariamente na região.

Refletindo sobre a realidade dessa região onde o índice de desemprego é muito alto, as pessoas têm baixa escolaridade e necessitam de programas governamentais que lhes garantam os direitos fundamentais de cidadão, evidencia –se a grande presença de mulheres negras chefes de família entre as beneficiárias²⁸ do programa de transferência de renda – Bolsa Família²⁹.

A composição desse público de beneficiária demonstra o retrato persistente de desigualdades na sociedade brasileira. A presença considerável de mulheres negras reflexo de um processo histórico que (re)produz as desigualdades sociais, essas disparidades sociais é que tem como fator estruturante os marcadores de gênero e raça, os quais orientam a construção da cidadania e a efetivação dos direitos no Ocidente, aspectos que também definem as desigualdades sociais(IPEA, 2011).

Esses marcadores estruturantes permeiam a trajetória das mulheres desses bairros, que em grande parte encontram – se num cenário de invisibilidade social, promovida pelo racismo e pelo sexismo São problemas sociais que precisam ser compreendidos e analisados, a fim dê combater os efeitos de tais fenômenos numa perspectiva de amenizar/solucionar esse retrato de desigualdade e discriminação em Londrina, sobretudo nos bairros João Turquino e Jardim Maracanã.

Embora o racismo e o sexismo estejam na base do problema, não se pode tomar esses fenômenos como as únicas razões de as mulheres negras brasileiras, entre elas as londrinenses, estarem inseridas no cotidiano de violência e desigualdade como descrevem as profissionais da assistência de ambos os bairros.

Essas situações são vivenciadas pela maioria das mulheres negras mas o movimento feminista brasileiro pouco discutia a respeito do racismo em suas agendas políticas; realidade que foi modificada após muita luta de poucas mulheres movimento negro. Através de discussões sobre o racismo no Brasil, essas mulheres incluíram na pauta o problema do sexismo e vice versa.

Segundo Carneiro,

²⁸ Mulher que é tomada como representante do grupo familiar para receber o benefício do Programa de Trsnferência de Renda - Bolsa Família.

²⁹Programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza criado em 2003 no governo de Luís Inácio Lula da Silva.

a formulação de propostas concretas de superação da inferioridade social gerada pela exclusão de gênero e raça, e a sensibilização do conjunto do movimento de mulheres para as desigualdades dentro do que o racismo e a discriminação racial produzem, pois a crescente compreensão do impacto do binômio racismo/sexismo na produção de privilégios e exclusões vem produzindo maior solidariedade entre as mulheres. As feministas estão a contribuir para a radicalidade dessa construção para deslocar-se do lugar da hegemonia branca em prol de uma sociedade racialmente diversificada em todas em suas dimensões (CARNEIRO, 2011,p.121-122).

A maneira mais eficaz e adequada encontrada para amenizar um contexto de exclusão e dupla discriminação foi entre as discussões com pautas transversais, que contemplavam toda a trajetória da mulher negra e sua situação de sujeito em nossa sociedade.

Costumeiramente as figuras de referência implícitas nas discussões sobre racismo eram/são homens, e as figuras de referência para tematização do sexismo eram/são quase sempre mulheres brancas, que ,de alguma forma, fizessem parte da “cultura dominante”³⁰. Com base nesse contexto de reivindicações, foram persuasivas ao mostrar que a força explicativa da concepção análoga entre racismo e sexismo são justamente as questões primordiais para a compreensão do papel que as mulheres negras representam na sociedade brasileira, em relação às demais pessoas que, em suas práticas, desconsideram a presença do racismo e do sexismo em suas observações cotidianas.

Isso significa que o racismo e o sexismo se (re) produzem direta e indiretamente no processo de desvantagem de oportunidades e de interações sociais entre as mulheres negras, comparado - se a população branca ao homem negro. Condições de discriminação , desigualdades e violência podem ser verificadas em áreas como o Jardim Maracanã e João Turquino, bairros que se constituíram em meio a situações adversas, determinantes nesse processo.

Portanto, entre outras em meio as expectativas, esta pesquisa propõe- se a analisar e se possível, constatar como a discriminação racial e de gênero se reproduzem nas interações sociais das mulheres negras de Londrina, precisamente dos bairros João Turquino e Jardim Maracanã, localizados na região oeste , assim como, demonstram as teorias revisitadas e apresentadas nesta pesquisa.

³⁰Neste sentido,na cultura dominante o ser dominado perde sua autonomia, ou seja, sua liberdade, entendida como “ capacidade de autodeterminação para querer, sentir e agir”(Marílana Chauí, 1978).

CAPÍTULO III

3.1 RACISMO E SEXISMO: DUPLA DISCRIMINAÇÃO

Este capítulo discute o paralelo entre racismo e sexismo, com base em autores(as) de grande relevância que contribuem para a compreensão desses fenômenos presentes desde longa data na sociedade brasileira. Assim, esta dissertação pretende contribuir para a interpretação do cenário de desigualdades e violência vivenciadas por gerações de mulheres negras, sobretudo por mulheres negras da cidade de Londrina.

Quando se propõe analisar as condições de um ou mais indivíduo, dentro ou fora de uma sociedade, esses indivíduos devem ser vistos a partir de seu pertencimento e das características específicas que são atribuídas aos demais grupos sociais para, então, compreender-se o contexto em que o outro está inserido.

Portanto, a relação estrutural entre racismo e sexismo são particularmente convincentes naqueles momentos em que se constata que homens brancos, na maior parte das vezes heterossexuais, são considerados a norma da qual se desviam todos aqueles que não têm essas características.

O racismo e o sexismo reúnem falsas hipóteses sob a forma de mito. Enquanto o racismo pressupõe a superioridade de uma raça sobre a outra, o sexismo pressupõe a supremacia de um sexo sobre o outro. Tanto o racismo quanto o sexismo podem ser entendidos como fenômenos complexos de poder que operam no contexto de atribuição em diferentes categorias.

Nesse sentido, também as formas racistas e sexistas de poder são diferentes, dependem das relações sociais, que não são estáticas e que diferem de acordo com o contexto. Ao afirmar a interconexão entre racismo e sexismo, fenômenos complexos, não se podem fazer outra coisa senão propostas a respeito das possíveis características dessas relações, ou seja, um mapeamento de suas possíveis características.

É importante ressaltar, todavia que a articulação entre racismo e sexismo acrescenta cargas adicionais às mulheres negras, visto que elas se

encontram em relações sociais complexas, que articulam discriminação racial, por parte de mulheres e de homens brancos, e de gênero, por parte de homens negros e brancos. Esse processo aprisiona a mulher negra em um cenário de pobreza, desemprego, baixa escolarização, males físicos e mentais, ausência de direitos e baixa participação na estrutura do bem - estar social.

As apresentações desenvolvidas a partir de agora visam estabelecer elos entre o racismo e o sexismo, de modo que não engessem futuras possibilidades de reflexões em torno desses fenômenos, tão complexos e presentes desde longa data em nosso cotidiano.

O sexismo e o racismo são ideologias geradoras de violência e estão presentes no cotidiano de todos (as) os (as) brasileiros (as): nas relações familiares, profissionais, acadêmicas e nas instituições, o que permite afirmar serem dimensões que estimulam a atual estrutura desigual, ora simbólica, ora explícita, mas não menos perversa, da sociedade brasileira. (MARCONDES [et al.], 2013 p.9).

Os sujeitos que vivenciam essa dupla discriminação e que mais sofrem as consequências desses problemas são as mulheres negras, principalmente quando observadas no âmbito público. Com certeza de que , no âmbito privado (doméstico), os efeitos desses fatos também se fazem presente, opera-se , então, com as categorias de análise racismo e sexismo.

Segundo Antônio Sérgio Guimarães (1999), “o racismo é a teoria, a qual os conceitos científicos reproduzem entidades realmente existentes numa suposta realidade concreta, exterior e objetiva, seja aos valores, seja à observação do cientista” (GUIMARÃES, 1999,p.20). Por outro lado, aqueles que defendem a utilização do termo pelas ciências sociais enfatizam, em primeiro lugar, a necessidade de demonstrar o caráter específico de um subconjunto de práticas e crenças discriminatórias e, em segundo, o fato de que, para aqueles que sofrem ou sofreram os efeitos do racismo, não há alternativa senão reconstruir, de modo crítico, as noções dessa mesma ideologia (GUIMARÃES, 1999, p.20).

O racismo brasileiro está umbilicalmente ligado a uma estrutura estamental, que o naturaliza, e não à estrutura de classe, como se pensava. Na verdade, também as desigualdades de classe se legitimam através da ordem estamental. O combate ao racismo, portanto, começa pelo combate a institucionalização das desigualdades de direitos individuais. Ainda que o racismo não se esgote com a conquista das igualdades de tratamento de oportunidades, esta é a precondição para extirpar as suas consequências mais nocivas (GUIMARÃES, 1999, p.13-14).

Após esses apontamentos, pode – se compreender que o racismo é uma ideologia opressiva, que precisa ser criticada de modo a reconstruir uma nova interpretação e não usá-lo como justificativa de naturalização para os efeitos desse problema; uma ideologia que justifique ou respalde as desigualdades estruturais entre grupos humanos convivendo num mesmo tempo.

Por sua vez, a existência do racismo se caracteriza tanto de maneira pessoal, interpessoal e institucional, sendo a primeira os sentimentos que o (a) negro (a) internalizou ao longo de sua trajetória histórica e social, aceitando a relação de superioridade dos(as) brancos(as) praticada em nosso cotidiano, tem – se, como exemplo: a negação de sua raça/cor. Isso dificulta que o indivíduo negro se reconheça e seja reconhecido pelo que é:

A violência racista subtrai do sujeito a possibilidade de explorar e extrair do pensamento todo o infinito potencial de criatividade, beleza e prazer que ele é capaz de produzir. O pensamento do sujeito negro é um pensamento que se auto-restringe. Que delimita fronteiras mesquinhas à sua área de expansão e abrangência, em virtude do bloqueio imposto pela dor de refletir sobre a própria identidade (SOUZA, 1983,p.10).

O racismo interpessoal são as ações praticadas contra o (a) negro (a) diariamente tanto nas relações sociais (família, escola, bairro, trabalho etc.) quanto nos meios de comunicação. Esse preconceito presente na sociedade brasileira formaliza-se no cotidiano dos indivíduos através da falta de respeito, da desconfiança, desvalorização, perseguição, desumanização, omissões, entre outras. Essa interface do racismo é evidente em espaços públicos e privados e é altamente prejudicial para a população negra.

A terceira face do racismo, caracterizada como institucional, são ações praticadas pelas instituições públicas através de seus/suas representantes na

forma de um acesso reduzido a políticas de qualidade e equidade (saúde, educação, moradia, trabalho, renda, entre outras), ao poder, a informação e escassez de recursos; fatores primordiais para equilibrar o processo de desvantagem em que a população negra está inserida.

O Programa de Combate ao Racismo Institucional, criado em 2005³¹,

definiu o racismo institucional como “o fracasso das instituições e organizações em prover um serviço profissional e adequado às pessoas em virtude de sua cor, cultura, origem racial ou étnica. Ele se manifesta em normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano do trabalho, os quais são resultantes do preconceito racial, uma atitude que combina estereótipos racistas, falta de atenção e ignorância. Em qualquer caso, o racismo institucional sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições e organizações. (CRI, 2006, p.22 *apud* GELEDÉS, 2013, p. 11).

Um indicador do racismo institucional é o fato de, segundo a PNAD de 2008, 40,9% das mulheres pretas e pardas acima de 40 anos de idade jamais terem realizado mamografia em suas vidas, frente a 26,4% das brancas na mesma situação (GELEDÉS, 2013).

Ainda segundo a PNAD de 2008, das mulheres acima de 25 anos de idade, 18,1% das mulheres negras e 13,2% das brancas jamais havia realizado o exame de Papanicolau; A taxa de mortalidade materna entre as mulheres negras, em 2007, era 65,1% superior à das mulheres brancas; De acordo com a PNAD de 2009, a distorção idade-série no ensino fundamental atingia a 22,7% da população negra, contra 12,4% da população branca; Já no ensino médio, a taxa de distorção era de 36,6% para a população negra e de 24% para a população branca; “Considerando o país como um todo, o número de homicídios brancos caiu de 18.867 em 2002, para 14.047 em 2010, o que representa uma queda de 25,5% nesses oito anos. Já os homicídios negros tiveram forte incremento: passam de 26.952 para 34.983: aumento de 29,8%” (WEISELFSZ, 2012, p.14 *apud* GELEDÉS, 2013 p.13).

³¹ Projeto de uma parceria que contou com: a SEPPPIR, o Ministério Público Federal, o Ministério da Saúde, a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), e o Departamento Britânico para o Desenvolvimento Internacional e Redução da Pobreza (DFID), como agente financiador, e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e teve como foco principal a saúde (CRI, 2006 *apud* GELEDÉS, 2013).

O racismo institucional também pode ser verificado na iniciativa privada, como, por exemplo, na hora das contratações no mercado de trabalho. Esses dados e indicadores demonstram a clivagem que o racismo, independentemente de qualquer outra variável, estabelece em nossa sociedade, mantendo a população negra, sobretudo a mulher negra, em situações de vulnerabilidade e de desproteção social: a população negra continua tendo menor acesso a direitos e a serviços que deveriam ser garantidos a toda a população brasileira, direitos e serviços que o Estado, por obrigação, deveria assegurar (GELEDÉS, 2013).

E por causa do racismo institucional, portanto, que muitos jovens negros(as) estão sendo exterminados(as) pela polícia, que muitas mulheres negras estão morrendo no parto, que a maioria da população negra está encarceradas, que há um baixo número de negros/as no cenário político, que ocorre maior incidência da violência institucional contra a população negra. Poder-se-ia relatar uma imensa lista das interfaces do racismo, expressões de um processo interpessoal e institucional de exclusão social, que impede o(a) negro(a) de ingressar ou de participar de espaços sociais ou, ainda, de se beneficiar das políticas públicas elaboradas e executadas pelas instituições públicas.

Pelos dados contidos no Sistema de Informações de Mortalidade, articulados com os totais de população por raça/cor da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE, verifica-se que

A taxa de homicídio da população negra é bem superior à da população branca. Se na população branca a taxa em 2004 foi de 18,3 homicídios em 100 mil brancos, na população negra é de 31,7 em 100 mil negros. Isso significa que a população negra teve 73,1% de vítimas de homicídio a mais do que a população branca. Entretanto, vimos que para a juventude a vitimização por raça/cor cresceu ainda mais do que para a população em geral: Para os jovens brancos, as taxas de homicídio caem de 39,3 em 2002 para 34,9 homicídios para 2004. Isso representa uma queda de 12,5% entre 2002 e 2004. Já para os jovens negros a queda foi bem menor: 5,7%, dado que passaram de uma taxa de 68,4 homicídios em 100 mil em 2002 para 64,7 em 2004. Com isso, o índice de vitimização juvenil por homicídios passou de 74,0% para 85,3%, o que implica que, proporcionalmente ao tamanho dos grupos, morrem 85,3% mais pretos (WAISELFISZ, 2006, p.58-59).

Quanto ao sexismo na perspectiva de gênero, compreende-se como práticas machistas engendradas nas sociedades capitalistas. Uma ideologia que reproduz na consciência coletiva a superioridade do homem e a inferioridade da mulher, ideologia na qual se sustenta o sistema que socializa o homem para dominar a mulher e esta para se submeter ao “poder do macho”.

A mulher, durante um longo período, foi considerada um “objeto de manipulação e dominação, delineando os papéis sociais e estereótipos estabelecidos pelo patriarcado³²”. Não lhe era permitido conservar seu nome, possuir uma identidade, nem sequer uma história, ou seja, “o espaço feminino, tanto o social, o imaginário ou o real, foi praticamente estabelecido pelos homens, de acordo com seus interesses, leis e valores que definiam as mulheres em seus únicos e possíveis papéis: de mãe, esposa e filha(MOURA, 2008).

Quando há interconexão entre o racismo e o sexismo, a opressão entre outros sistemas discriminatórios cria desigualdades básicas e violência que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras.

Essas desigualdades estão relacionadas ao acesso a educação, trabalho e renda em diferentes áreas, moradia, acesso à saúde, lazer e cultura, previdência sociais, entre outros direitos. Diante desses fenômenos sociais, as mulheres negras encontram maiores obstáculos e agravantes. Tais condições impostas por uma ideologia racista e sexista agem como um controle social da população negra, sobretudo da mulher negra.

Segundo Lélia Gonzales, o controle ideológico que funciona como cristalizador das imagens relacionadas às mulheres negras contribui para a perpetuação do sexismo no sentido de que a construção da consciência sob as influências do pensamento dominante colaboram para o esquecimento da história de luta e resistência da população negra que, usualmente, é tirada de cena (GONZALES, 1983).

A partir disso, a mulher negra é integrada aos lugares onde a condição de desigualdades e violência, pelos efeitos do racismo, se mostram de maneira mais intensa. Desse modo, o elo entre sexismo e racismo perpetua as

³²A estrutura patriarcal, caracterizada pela autoridade, é imposta, institucionalmente, do homem à mulher e aos filhos em âmbito familiar, de forma que os relacionamentos interpessoais e, conseqüentemente, a personalidade são marcados pela dominação e pela violência; entretanto, para que essa autoridade se exerça, esse regime deve permear toda a organização social, da produção e do consumo à política, à legislação e à cultura (CASTELLS, 2008).

mulheres negras em imagens estereotipadas, pejorativas e subordinadas. Isso demonstra que há a necessidade de [re] significar a imagem das mulheres negras, no sentido de demonstrar que esse segmento social não pode e não deve ser onerado de seus direitos sociais por conta dos efeitos perversos do racismo e do sexismo (GONZALES, 1983).

Nessa perspectiva, Gonzalez (1983) enfatiza que o “lugar natural” (cozinheira, faxineira, prostituta, mulata exportação) ao qual o imaginário coletivo destina as mulheres negras deve ser desmascarado, atacado e transformado. É sob esse aspecto de [re] significação, denúncia e transformação da ideologia subalterna que envolve o público feminino negro que o movimento de mulheres negras brasileiras vem estampando a importância social da luta antirracista e antissexista no país. No entanto, atualmente as oportunidades oferecidas às mulheres negras, lhes permite apenas ser operária ou doméstica, e quando há elevação do nível de escolarização dão a ela mais possibilidades de resistir aos desejos do homem branco ou do negro, apesar da manutenção da identidade da negra como sensual e pronta para se prostituir.

3.2 SER NEGRA NO BRASIL

Ser negra no Brasil é conviver com os estereótipos gerados por um racismo perverso e velado e um sexismo estruturado numa sociedade patriarcal, fenômenos que a colocam no mais baixo nível de opressão e exclusão. São construções ideológicas, cujas práticas têm se perpetuado por várias gerações de mulheres. Mães, filhas e avós atuam como protagonistas em um cenário de discriminação, violência e desigualdade.

A mulher negra está submetida a um papel altamente negativo na sociedade brasileira, dado o tipo de imagem que lhe é imputado ou dadas as formas de superexploração e alienação em que está contida. Com presença constante na história brasileira, não há dúvida quanto aos importantes papéis que as mulheres, em especial as mulheres negras, desempenharam em diferentes frentes, na construção desta nação.

Em relação aos dados disponíveis sobre as desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho, esses expressam a perversa manifestação

da dupla discriminação que atinge mulheres negras e que faz com que essas vítimas do racismo e do sexismo encontrem-se concentradas nos piores postos de trabalho, recebendo os menores rendimentos, sofrendo com as relações informais de trabalho (e sua conseqüente ausência de proteção social, tanto presente quanto futura – aposentadoria) ocupando as posições de menor prestígio na hierarquia profissional. (IPEA, 2011).

Segundo dados do Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil,

a partir de 2003, o emprego com carteira assinada – que apresenta os percentuais de participação mais elevados – teve aumento para os quatro grupos considerados. Cerca de 42,7% dos homens brancos estão nesta categoria, enquanto, no polo oposto, estão as mulheres negras com cerca de 24,8%, considerando o ano de 2009. Nos segmentos intermediários, constam os homens negros com 36,9% e as mulheres brancas com 35,4%. Isto sugere maior acesso ao emprego estável e de maior proteção social ao segmento masculino da população, quando comparado ao segmento feminino, mesmo tendo as mulheres mais credenciais educacionais que os homens. Sugere também que os diferenciais de raça e gênero têm peso expressivo quando combinados. As mulheres brancas, que, em geral, são muito mais escolarizadas, apresentam taxas de participação similares à dos homens negros, que possuem piores taxas de escolarização. Ademais, as mulheres negras, que também são mais educadas em relação ao segmento masculino de seu grupo de cor, têm a menor participação nesta categoria (IPEA, 2013, p.69).

Segundo os indicadores da 3ª edição do Retrato das desigualdades de Gênero e Raça de 2013, o grupo que está em melhores condições de proteção social, acesso aos benefícios previdenciários estreitamente relacionado ao histórico laboral dos indivíduos são os homens brancos, com cobertura de 70,7%, em 2009, e as mulheres negras são as menos protegidas socialmente, com 56,0% de cobertura (IPEA, 2013).

Quando se trata de proteção social relacionada a assistência social, a grande maioria que recebe benefícios assistenciais é a população negra, sobretudo as mulheres negras que, em grande parte, são chefes de famílias. Neste sentido, tanto os dados da assistência social, quanto os da previdência contribuem para dar visibilidade a uma realidade de discriminações por sexo e raça que reforçam a necessidade de adoção de medidas que visem à valorização e à promoção de igualdade de gênero e raça nas políticas públicas. (IPEA, 2013, p 25).

Previdência social é uma política que tem por objetivo repor a renda dos indivíduos nas situações em que eles perdem, temporária ou permanentemente, sua capacidade de trabalho. Já a assistência social enfrenta as situações de pobreza extrema e destituição de direitos. de forma que as desigualdades provocadas pelas discriminações de gênero e raça no mercado de trabalho.(IPEA,2013p. 25).

Analisando estas realidades, percebe-se que as mulheres negras estão presentes num contexto de proteção social devido ao processo de desvantagem cumulativo relacionado a raça e gênero , fatores determinantes nas representações dos papéis em que estas atrizes sociais estão inseridas em nossa sociedade. Com maior recorrência, essas mulheres vivenciam situações de pobreza e baixa inserção no mercado de trabalho. As características dessas condições das mulheres negras representam a síntese da condição de dupla discriminação: marcadas pelo estigma do racismo e sexismo na busca pelo emprego e pelas dificuldades encontradas pelas mulheres.

No período 1968-1980, ocorreu um impulso considerável na força de trabalho feminina, acompanhado de outro aspecto interessante à realidade feminina da época, muitas dessas mulheres ingressaram na universidade. Em 1975, o número de universitárias foi mais expressivo em relação à quantidade de homens na universidade. Isto evidencia, ao menos em parte, por que nesses primeiros cinco anos da década de 1980, mesmo sem haver movimento organizado, tenha surgido interesse tão agudo para o problema da mulher e uma modificação na história da condição da mulher em nosso país(GONZALEZ, 1984).

Esses indicadores apresentam que o número de universitárias foi mais expressivo em relação à quantidade de homens na universidade, mas essa inserção se dá prioritariamente entre as mulheres e homens brancos, diferentemente do que ocorreu no processo de inserção da população negra nas universidades, em que a mulher negra aparece entre 1998 e 2008 com um número expressivo em relação ao homem negro, porém muito abaixo da população branca, sobretudo da mulher branca (GONZALES, 1984).

Portanto, essas modificações, que a autora retrata demonstram o processo de luta que se deu no interior de nossa sociedade pelo movimento feminista. Mulheres que iniciaram as suas reivindicações pelo direito ao voto e logo

em seguida pelo fim da violência contra as mulheres, direito ao acesso à educação, acesso ao mercado de trabalho, sobretudo o direito de ir e vir, assim como, os homens da época.

Entretanto, suas lutas não abarcaram toda a realidade dos diferentes grupos de mulheres. Suas bandeiras privilegiaram inicialmente o contexto histórico da mulher branca, esquecendo-se de que há diferenciação na realidade social entre a mulher negra e a branca. Segundo Sueli Carneiro (2001), as mulheres negras tiveram experiências históricas diferenciadas que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não deu conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras.

Como esse cenário que não se refere, de modo algum, à mulher negra ou às mulheres negras, tais fatos impõem-se à nossa reflexão. O primeiro deles é a situação da mulher negra no interior da população economicamente ativa, a sua inserção na força de trabalho. Na medida em que existe uma divisão racial e sexual de trabalho, não é difícil concluir sobre o processo de tripla discriminação sofrido pela mulher negra (enquanto raça, classe e sexo), assim como sobre seu lugar na força de trabalho (GONZALEZ, 1982).

A participação das mulheres negras no mercado de trabalho é um aspecto extremamente importante para a compreensão da constituição das desigualdades sociais brasileiras. A trajetória socioeconômica das mulheres negras tem sido analisada como fruto do entrecruzamento das mudanças ocorridas na participação das mulheres no mundo do trabalho e da estabilidade das desigualdades raciais que recentemente começou a declinar. (IPEA, 2013).

Isso demonstra que existem grupos raciais em maior desvantagem em relação aos outros, porque, quando se analisam os indicadores da 4ª edição do Retrato das desigualdades de Gênero e Raça, constata-se que as mulheres negras experimentam situações mais precárias em relação aos demais grupos, a desigualdade vai desde o campo do trabalho, saúde, educação, distribuição de renda até o espaço doméstico, como mostram os números da tabela 8.

Tabela 8 – Retrato das desigualdades de gênero e raça no Brasil (2009).

Indicadores Sociais	negra%	negro%	branca%	branco%
População	49,9	52,0	49,3	47,0
Chefe de Família até 1 SM*	68,9	65,8	42,7	41,2
Educação	7,8	6,8	9,7	8,8
Acesso a Saúde – SUS**	94,4	96,0	97,1	97,7
Desemprego	12,5	6,6	9,2	5,3
Trabalho doméstico remunerado	21,8	1,0	12,6	1,0
	Rendimentos		R\$	
Pobreza, distribuição e desigualdade de renda.	544,40	833,50	957,00	1.491,00

*Salário Mínimo. ** Sistema Único de Saúde.

Fonte: Retrato das desigualdades de gênero e raça – 4ª edição/2011. IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Ao analisar a Tabela 8, verifica-se que o grupo das mulheres negras apresenta as maiores desvantagens cumulativas. Ou seja, seus rendimentos, quando comparados aos dos demais segmentos são os mais baixos. Quanto à sua participação no mercado de trabalho, empregada doméstica é a ocupação historicamente demarcada para a mulher negra, um trabalho que compreende diversos afazeres: cuidar do lar, limpar, arrumar, cozinhar, cuidar das roupas e, em muitos casos cuidar de crianças e idosos. O trabalho doméstico é rotineiramente um trabalho feminino, em especial das mulheres negras, 21,8%, enquanto o percentual das mulheres brancas é de 12,6% (IPEA, 2011).

No aspecto educacional, a mulher negra possui um nível de escolaridade mais expressivo em relação aos homens do mesmo grupo de cor. Em relação ao desemprego porém, o número é maior que dos demais segmentos.

Portanto, refletir sobre a participação no mercado de trabalho é um aspecto extremamente relevante para a compreensão das interseccionalidade³³ de gênero e raça na constituição das desigualdades sociais brasileiras.

³³ Interseccionalidade, conceito cunhado e difundido por feministas negras nos anos 1980, constitui-se em ferramenta teórico-metodológica fundamental para ativistas e teóricas feministas comprometidas com análises que desvelem os processos de interação entre relações de poder e categorias como classe, gênero e raça em contextos individuais, práticas coletivas e arranjos culturais/ institucionais. Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. Autor: Cristiano Rodrigues. (2013).

A trajetória socioeconômica das mulheres negras tem sido analisada como fruto do inter cruzamento das mudanças ocorridas na participação das mulheres no mundo do trabalho e da estabilidade das desigualdades raciais que só recentemente começou a declinar. (LIMA, RIO & FRANÇA, 2013, p.56).

Mesmo com todas as mudanças nas últimas décadas. O aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, a inserção das mulheres negras nesse cenário, um pressuposto para enfrentar uma realidade de pobreza e privação a que historicamente foram relegadas, para a conquista a autonomia econômica e obter recursos que permitam suprir as necessidades básicas é um aspecto extremamente importante para a compreensão da “interseccionalidade de gênero e raça” na constituição das desigualdades sociais brasileiras. (LIMA, RIO & FRANÇA, 2013).

Discriminações de gênero e raça combinadas geram uma considerável desvantagem desse grupo, sobretudo um processo de violência a quae está exposto, tanto pela estrutura patriarcal quanto pelo racismo brasileiro. Essas condições perpassam todas as esferas sociais em que a população negra, sobretudo a mulher negra, esteja inserida.

Gênero e raça compõem um sistema de opressão inter - relacional, visto que todas as mulheres negras compartilham a experiência comum de comporem uma sociedade que as desprivilegia, com estereótipos vinculados a representações sociais, algumas carregadas de violência, que, Patrícia Hill Collins³⁴ *apud* Jackeline Ferreira Romio, define como: i) “a mammy (mãe preta)³⁵,ii) a matriarca³⁶, iii) a welfare mother (mãe dependente da assistência social)³⁷, iv) a

³⁴Segundo Romio,Collins é uma teórica social que, em suas pesquisas, tem examinado as questões de raça, gênero, classe social, sexualidade e nação.Collins recebeu o prêmio Jessie Bernard Awad of the Society por seus estudos sobre os problemas sociais.Seu segundo livro foi Race, class and gender: na anthology, com a sexta edição publicada em 2007.Entre outras publicações da autora é uma referência para os estudos de gênero, raça e classe nos Estados Unidos.(ROMIO, 2013,p.137)

³⁵ Tradicionalmente é retratada como uma figura de mãe preta em casas brancas do período da escravidão. Uma servente fiel e obediente, a trabalhadora doméstica representa o critério normativo utilizado para avaliar o comportamento de todas as mulheres negras. A mulher que ama e cuida dos filhos brancos do senhor melhor do que a si própria simboliza a percepção do grupo dominante da relação ideal de feminilidade negra frente ao poder masculino da elite branca.

³⁶ Representa a mãe negra dentro da família negra, a mãe que não cumpre seus papéis de mãe adequadamente. Por passar muito tempo longe de casa, estas mães que trabalham muito para sustentar seus lares não podem supervisionar adequadamente seus filhos, gerando portanto um importante fator contribuinte ao fracasso escolar dos filhos.São adjetivadas como mulheres excessivamente agressivas, sem feminilidade, masculinizadas, que roubam a autoridade de seus companheiros.Aos olhos da elite masculina branca é a mulher que falhou, por sua incapacidade para se modelar a um comportamento apropriado do gênero-branco.

jezebel ou prostituta³⁸ (tradução livre)” (ROMIO, 2013, p.137). A mulher negra está submetida a um papel altamente negativo na sociedade brasileira, dado o tipo de imagem que lhe é imputada ou dadas as formas de super exploração.

Os dados disponíveis sobre as desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho expressam, ainda, a perversa manifestação das discriminações de gênero e raça, que atinge exclusivamente as mulheres negras, e que faz com que essas vítimas do racismo e do sexismo encontrem-se concentradas nos piores postos de trabalho, recebendo os menores rendimentos, sofrendo com as relações informais de trabalho (e sua consequente ausência de proteção social tanto presente quanto futura – aposentadoria) ocupando as posições de menor prestígio na hierarquia profissional. (IPEA, 2011).

A persistência desse cenário evidencia cada vez mais que existem grupos raciais em maior desvantagem em relação aos outros, porque, quando analisamos os indicadores, constata-se que as mulheres negras experimentam situações mais precárias em relação aos demais grupos, a desigualdade vai desde o campo do trabalho, saúde, educação, distribuição de renda até o espaço doméstico.

A importância de constatar esses dados das desigualdades é, sem dúvida, a via que torna legítima a situação da mulher negra no Brasil, marcadores em que se situa a interpretação do fenômeno do racismo e do sexismo neste trabalho

Nesse sentido, vê-se que as articulações entre tais fenômenos produzem efeitos violentos, em particular sobre a mulher negra. Diante desses resultados, pode-se observar que a intersecção das categorias de gênero e raça mostra que as mulheres negras possuem demandas específicas, que as colocam em situação de inferioridade frente a homens negros e mulheres e homens brancos. Tais dimensões que estimulam a atual estrutura desigual, ora simbólica, ora explícita, mas não menos perversa, da sociedade brasileira.

³⁷ A mulher negra que é preguiçosa por conta de receberem assistência social do governo devido seus muitos filhos e “ por isto” não trabalham, com isso não passam a ética do trabalho aos seus filhos. Normalmente é retratada como uma mãe solteira. Imagem de mulheres que não são incomum no cinema, na TV e em outras mídias. Um bom exemplo é o filme Preciosa, que descreve muito bem este modelo.

³⁸ Mulher promiscua, sexualmente agressiva. Elo central entre a elite masculina branca e as imagens da mulher negra. Os brancos utilizam a imagem da mulher negra sexual como justificativa os ataques sexuais generalizados realizados por eles, fato tipicamente reportado nos livros de Gilberto Freire. No Brasil, esta figura é bem representada pelo estereótipo da “mulata”.

São aspectos pontuais que marcam de forma determinante o papel social e sexual das mulheres negras, que sofrem de dupla discriminação, todavia tudo que se coloca como problemático para a população negra atinge especialmente as mulheres, discriminadas fora e dentro do âmbito doméstico.

CAPÍTULO IV

4.1 SITUAÇÕES VIVIDAS PPLAS MULHERES NEGRAS:ANÁLISE E INTERPRETAÇÕES

Neste capítulo demonstrar-se – á a metodologia que foi empregada para a coleta de dados e na interpretação e descrição dos resultados desses dados. Essas informações que demonstram o universo pesquisado neste trabalho e a amostra considerada relevante para a constatação de como racismo e sexismo se (re)produzem na vida social das mulheres negras da região oeste de Londrina, especificamente dos bairros João Turquino e Maracanã.

Para a realização da leitura e interpretação dos dados foi utilizada a metodologia de pesquisa de fontes orais , estudos modernos que são empregados de maneira recorrente em pesquisa que pretendem compreender, constatar ou comparar questões relacionadas a identidade e de comunidades, e temática. Portanto , por se tratar de uma pesquisa com perspectiva de evidenciar as formas de reprodução do racismo e sexismo fez - se necessário conhecer a trajetória de mulheres negras de duas comunidades.

Esse método de investigação fornece subsídios para analisar informações , em que o sujeito é privilegiado e sua importância é ser valorizada pelo simples fatos do pesquisador desejar entrevistá-lo.Trata-se de uma linha alternativa que compoe a historia epistemológica das Ciencias Humanas ou Sociais(LANZA & BETTIOL, 2013).

Assim, os sujeitos/inquiridos(as) pelos(as) pesquisadores(as) possibilitam o acesso, no processo de investigação, a discursos que nunca foram publicizados ou reconhecidos socialmente. Ainda, cabe ressaltar que os(as) depoentes estão sendo elevados à condição de sujeitos históricos que saíram do anonimato e que, a partir de suas vidas e suas experiencias, passaram a contribuir para a investigacao científica (LANZA & BETTIOL,2013,p.15).

Trata- se de uma metodologia de pesquisa que, após muitas reflexões, concluiu-se que seria um recurso relevante para uma tentativa de validar a compreensão do problema proposto neste trabalho. Portanto, para as entrevistas, foi confeccionado um roteiro de perguntas programadas; questões a serem analisadas, junto à metodologia de história oral, mecanismo de interpretação de dados que serviu de fundamento plausível neste estudo.

As mulheres negras entrevistada para a conclusão desta pesquisa, moram nos dos bairros João Turquino e Jardim Maracanã , desde a formação da comunidade. Vivem num contexto social de desigualdades e discriminação por causa das questões retratadas nesta investigação, tanto pelos indicadores sociais apresentados pelos institutos de pesquisas governamentais, e não governamentais quanto pelas teorias de gênero e raça.

A amostra intencional para as entrevistas ocorreu a partir do conhecimento que se obteve em 2010 enquanto estagiária no CRAS OESTE A pelo Programa de Transferência de Renda – Bolsa Família, ligado à Secretaria de Assistência Social de Londrina. O estágio teve duração de dois anos , e durante esse tempo, estabeleceu – se uma teia de relações com as mulheres atendidas pelo serviço e beneficiárias do Bolsa Família , devido as sua vulnerabilidades individuais e sociais.

Foram entrevistadas 8 mulheres, sendo 4 mulheres negras do bairro João turquino e 4 do Jardim Maracanã. Uma amostra que se julga relevante para a análise proposta nesta pesquisa, informações com subsídios suficientes para a investigar de como o racismo e o sexismo se (re)produz no cotidiano das mulheres negras moradoras desses bairros.

As entrevistas de orais são adotadas como fontes para a compreensão de fatos passados e presentes apontados pelas bibliografias referentes ao assunto proposto nesta pesquisa, que se pauta por indicadores sociais apresentados em pesquisas relacionadas às situações da mulheres negras na sociedade brasileira, informações que se caracterizam como um estímulo para que a pesquisa seja realizada.

Investigar faz parte de todo um conjunto de teorias e metodologias , que permite compreender como indivíduos experimentam e interpretam acontecimentos, situações e modos de vida de um grupo ou de uma sociedade. Isso torna o estudo mais concreto e próximo das realidades dos indivíduos, grupos e sociedades. A investigação possibilita compreender as experiências vividas por outros(as).

A pesquisa e o levantamento de dados para a preparação do roteiro das entrevista visou a constituir um acervo de depoimentos gravados com elementos substanciais e relevantes para esta dissertação.

4.2 RELATOS E VIVÊNCIAS DE RACISMO E SEXISMO

Diante de uma interpretação prévia de relatos e experiências vivenciada por quatro mulheres negras do bairro João Turquino, pode –se verificar a existência de violência em relações intra e inter - raciais. Esses fatores demonstram a (re) produção do racismo e do sexismo em situações que retratam um cenário de desigualdades e discriminações no campo das interações sociais dessas mulheres.

Os relatos subsidiam a compreensão da situação das mulheres negras da região oeste de Londrina, beneficiárias do programa de transferência de renda – Bolsa Família, que permite enxergar a interseccionalidade do racismo e sexismo numa forma de discriminação que cria desigualdades básicas estruturando posições hierárquicas de gênero e raça.

Quando questionada sobre ter vivenciado alguma situação de violência em relação ao seu companheiro, Amali respondeu: *“Sim, com certeza. O primeiro marido é negro...foi o pior do casamento da minha vida. Quatorze anos eu sofri, levei porrada da vida e dele também”*.

O mesmo também ocorreu com Areta que relatou como se deu o processo de violência intrafamiliar citado anteriormente.

Nesses relatos nota – se que o sexismo independe da questão racial, pois tanto o homem negro quanto o homem branco exercem uma relação de poder sobre a mulher, pois o papel das mulheres, assim como o dos homens, é constituído por uma distinção que a sociedade espera ver cumprida pelas diferentes categorias do sexo biológico.

A sociedade determina, desde o nascimento dos indivíduos, os espaços sociais e culturais em que as mulheres podem atuar , da mesma forma que escolhe o campo em que os homens podem agir. Estes são os aspectos de convergência das relações sociais entre os sexos que resultam em desigualdades de oportunidades e na violência contra as mulheres.

Quando se fala de desigualdades raciais em termos de violência, Amali relata:

não só na escola né, em todos os lugares que você entra, com certeza tem um pouquinho de olhar diferente e a gente já senti isso né. Não é só na escola, em qualquer ambiente que tem pessoas de alta sociedade, com certeza você já tem um olhar diferente. E a gente, não sei se porque a autoestima da gente já tá baixa, a gente já senti isso e toca na gente. Só porque sou preta. A cor é uma situação complicada. A minha filha já passou por isso. Eu já ouvi

várias histórias que a pessoa passou, como eu passo e que a sociedade negra sofre pressão 24 horas né, por dia,

No relato de Nina , ela afirma: *Se tiver um grau de escolaridade bom e for loira, branca, charmosa ela repassa aquela que é negra. Ele deixa a negra e contrata a branca isso eu sei porque eu já vi, entendeu?!*

E que,

no último emprego eu sofri sim, aí que eu desisti de ser doméstica. Ah! era muito chamada a atenção sabe. Eu fazia as coisas igual os outros, mais parecia sempre que tinha aquele ponto discriminatório, aí eu falei que sabe vou mudar de emprego e mudei. Cozinheira que eu era e fui trabalha de auxiliar de serviços gerais , durante muito tempo eu trabalhei né?! Serviços gerais e cabou pra mim essa história de discriminação.

Essas informações retratam o quanto o racismo brasileiro não é apenas interpessoal, é também institucional, porque possui mecanismos de discriminações produzidas e operadas por instituições delimitando as posições que determinados grupos raciais ocuparão. E é ai que as mulheres negras se encontram sem opções: em sua maioria, de baixa renda , em trabalhos que não possuem estabilidade como os serviços domésticos.

Trabalho doméstico refere-se aos afazeres realizados por uma pessoa em troca de remuneração (em dinheiro ou espécie, como ainda é corrente em várias partes do mundo) Estes afazeres compreendem o cuidado com o lar, o que envolve a relação de um grande e variado conjunto de atividades, serviços de limpeza, arrumação, cozinha, cuidado das roupas e outros itens de vestuário e, em muitos casos, cuidado das crianças, idosos ou mesmo plantas e animais domésticos (SANCHES, 2009, p.138).

O enfrentamento dessa situação, no caso do trabalho doméstico, é pelas condições e os direitos das trabalhadoras em relação aos demais trabalhadores, o qual impede a fiscalização, desestimula a formalização e dificulta a organização dessa categoria de trabalhadoras. É um cenário que está se transformando, mas carrega consigo os valores construídos historicamente. “ O trabalho doméstico está, no entanto, entre as ocupações mais precárias, com níveis de remuneração muito baixos e frequentemente com más condição de trabalho e altos riscos à saúde e à integridade física das trabalhadoras” (SANCHES,2011,p.98).

De qualquer modo, novas perspectivas foram abertas para as mulheres nos setores burocráticos, como: prestação de serviço, bancos etc. Como tais atividades exigem um nível de escolaridade que a grande maioria das mulheres negras não possui, mais motivos foram criados no sentido de reforçar a discriminação: o contato com o público exige “educação” e “boa aparência”. Quanto à minoria de mulheres negras que, nos dias de hoje, atingiu níveis mais altos de escolaridade, o que se observa é que, apesar de sua capacitação, a seleção racial se mantém.

A raça/cor não é apenas traço de distinção social, também é percebida em um contexto mais amplo, tais como beleza, inteligência, competência profissional, entre outras, que influenciam no grau de empatia a um indivíduo, o que interfere no resultado da relação social.

Em alguns mercados de trabalho, especialmente aqueles segregados por gênero e raça, as mulheres negras podem se conformar com a discriminação composta, onde, como regra, as mulheres são contratadas para funções de escritórios ou posições que envolvem interação com o público, enquanto as minorias étnicas ou raciais, ou seja, as mulheres negras são empregadas nas prestações de serviços domésticos.

Segundo Lélia Gonzalez, ser negra e mulher no Brasil é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no mais baixo nível de opressão. Pois enquanto empregada doméstica, ela sofre um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da subordinação e da “inferioridade” que lhe seriam peculiares. E tudo isto acrescido pelo problema da dupla jornada que ela, mais do que ninguém, tem de enfrentar. Antes de ir para o trabalho, tem que buscar água na bica comum da favela, preparar o minino de alimentação para os familiares, lavar, passar e distribuir as tarefas dos filhos mais velhos nos cuidados dos mais novos (as meninas, de um modo geral, encarregam-se da casa do cuidado dos irmãos mais novos). Após “adiantar” os serviços caseiros, dirige-se à casa da patroa, onde permanece durante todo o dia. E isto sem contar quando tem de acordar mais cedo (3 ou 4 horas da “manhã”) para enfrentar as filas dos postos de assistência médica pública, para tratar de algum filho doente: ou então, quando tem de ir às “reuniões de pais” nas escolas públicas, a fim de ouvir as queixas das professoras quanto aos problemas “psicológicos” de seus filhos, que apresentam um comportamento “desajustado” que os tornam “dispersivos” ou incapazes de “bom rendimento escolar” (GONZALEZ, 1982, p.97-98)

O retrato dessa realidade apresentada por Gonzalez faz parte da trajetória das mulheres negras do João Turquino, pois Nina relatou o seguinte:

no último emprego que eu tive que era de doméstica...foi odesentendimeno entre eu e a patroa.Dai logo depois eu comecei a fazer tratamento de depressão, fiquei depressiva, mas daí eu fui pra outro trabalho em que a gente se dava muito bem né?!No outro tipo de serviço.

Vale ressaltar , ou melhor, observar, que o outro serviço era de auxiliar de serviços gerais, uma observação necessária para demonstrar o efeito do racismo operando como processo discriminatório que determina a posição hierárquica social das mulheres negras nos estratos inferiores de nossa sociedade, neste caso, no município de Londrina. Uma relação de poder entre a entrevistada e a ex - patroa que retrata uma condição de subordinação intragênero, o reflexo de um processo histórico que continua sendo (re) produzido em nossa sociedade, sobretudo entre as mulheres negras e pobres.

De acordo com a Organização das Mulheres Negras Brasileiras, o trabalho doméstico ainda é, desde a escravidão negra no Brasil, o lugar que a sociedade racista destinou como ocupação prioritária das mulheres negras (CARNEIRO, 2011).

Gênero e raça são marcadores sociais que desfavorecem e dificultam a transformação e o reconhecimento da mulher negra na promoção e no acesso aos direitos, porque as possibilidades de mobilidade social têm sido praticamente nulas para a maioria da população negra. E quando a mobilidade social ascendente do negro brasileiro ocorre em termos individuais, que se pense no tipo de lavagem cerebral a que ele(a) é submetido(a).Como no relato da terceira entrevistada, quando é feita a pergunta sobre ter perdido emprego por causa de sua raça/cor.

Não, acho que quando eu tinha isso na cabeça, todos os empregos que eu não passava eu achava que era isso.Então, agora eu não tenho mais isso na cabeça, porque é força de vontade mesma, mas antes eu acho que eram sim, antes eu pensava assim ,agora não.

E , logo adiante ela afirma sobre a carreira profissional.

Ah! depende da índole da outra pessoa, do contratante, porque querendo ou não existe bastante racismo, tem gente que não demonstra, mas eles são sim, só pelo jeio de falar que a gente percebe, mas acho que tem sim, bastante.

Pelo exposto talvez se conclui que a mulher negra, em algumas situações sociais, não se atenta para o fato da opressão racial. Quando isso ocorre, utiliza-se de estratégias para sobreviver e resisitir a uma sociedade com formação social capitalista e racista.

O que aponta nessas narrativas não pode ser generalizado, mas faz parte do cotidiano da demais situações mulheres negras entrevistadas do João Turquino e Jardim Maracanã, visto que faz –se necessário refletir sobre este retrato que ao longo dos anos tem-se modificado, contudo diversos aspectos racistas e sexistas, ainda permanecem nas interações sociais dessas mulheres.

Entretanto, quando é dado o direito ao outro da fala, algo relevante, na maioria das vezes, será relatado, sobretudo quando esse direito estiver relacionado às questões que interferem diretamente em sua construção histórica e social. As mulheres entrevistadas para a elaboração deste trabalho acadêmico, podem não saber o conceito científico de racismo e sexismo, mas sabem identificar os efeitos desses fenômenos no seu dia a dia.

Algumas dessas mulheres preferiram calar-se diante de algumas indagações feitas durante a entrevista, devido a um mecanismo de defesa que construíram para sobreviver a discriminação e violência. É compreensível tal reação, Safi e Latifa foram mais resistentes ao falar sobre o racismo e as diferentes formas de atuação do sexismo. Calaram-se com frequência diante das perguntas sobre tais assuntos.

Entende-se que o empoderamento dessas mulheres terá início assim que possuírem um discurso sobre si mesmas. Esse discurso será tão mais significativo quanto mais fundamentado for conhecimento concreto da realidade (SOUZA, 1983). Talvez esse processo tenha se desencadeado no momento em que se perguntou sobre seu nome, idade, estado civil, escolaridade, profissão, vida afetiva entre outras coisas. No momento não se percebe o quanto se está ativando o potencial do outro a falar de si. Somente quando se faz a leitura e a transcrição das narrativas para a análise é que isso fica perceptível.

Nina, Amali, Mema, Dalila e Jamilla todavia, tiveram mais facilidade de imprimir o retrato de suas vivências frente às circunstâncias racistas e sexistas. São mulheres que experimentam diariamente esses problemas, mas que, de um modo ou outro, sobressaem às situações. Conhecem aquele refrão bem conhecido

e cantado por Elza Soares³⁹, “ Levanta sacode a poeira e dá volta por cima”. Sim, é bem assim que costumam fazer. A dor é intensa mas preferem resistir e às vezes nem se dão conta do ocorrido. Quando há a percepção da violência e da discriminação por ser mulheres e negras, estabelecem uma relação de enfrentamento diante da situação.

Mema quando relatou ter passado por uma situação de racismo, afirmou que, no trabalho, já experimentou a discriminação. Buscou alternativas para solucionar essa violência, embora sem êxito, mas enfrentou de acordo com suas possibilidades.

Ai eu sentia bem né, só um dia que eu tava varrendo a frente, a folha voou pra casa da vizinha, aí a vizinha me chamou de negra, aí eu fui registrar queixa na delegacia do 3º distrito, tinha uma mulher que falou que não podia fazer nada. Peguei até tijolo pra tacar na mulher, minha ex - patroa ainda gritou comigo ,não faz isso Marina! (risos).

Além disso, percebeu que diversas vezes suas patroas desconfiavam de seu caráter. Mema tinha consciência desses fatos e ainda tem. Então, como negar a discriminação diante dessas narrativas ?

Trabalhei muitas vezes desde criança, trabalhei de babá. Só que as patroa ficava com medo de eu robar, acho que por que era negra né, achava que ia robá. Cansei de entra na casa e acha dinheiro debaixo da cama, jóia debaixo da cama.

Logo em seguida, a mesma entrevistada, que reconhecia as situações de discriminações por sua raça/cor em seus trabalhos, alegou que sua última patroa era “*como se fosse minha mãe meu pai, nossa senhora, quando a mãe dela morreu eu chorei quase deu um trem ne mim, cê se apega né, pega amor*”.

Eis aí uma demonstração da relação de cordialidade que se instala muitas vezes na interação patroa e empregada, que pode ser comparada às as relações entre senhores e escravas, características pela prestação de serviços

³⁹ Elza Soares nasceu em 23 de Junho de 1937 no Rio de Janeiro. Filha de uma lavadeira e de um operário, foi criada na favela de Água Santa, subúrbio de Engenho de Dentro. Cantava, desde criança, com a voz rouca e o ritmo sincopado dos sambistas de morro. Aos 12 anos, já era mãe e aos 18, viúva. Foi lavadeira e operária numa fabrica de sabão e, com 20 anos aproximadamente, fez seu primeiro teste como cantora, na academia do professor Joaquim Negli, sendo contratada para cantar na Orquestra de Bailes Garan e a seguir no Teatro João Caetano. Atualmente cantora da MPB. <http://www.mpbnet.com.br/musicos/elza.soares/> visitado em 23 de março de 2016.

personais e pela convivência – derivada, muitas vezes, da coabitação de criados que moravam junto aos amos. Para muitas mulheres, o trabalho doméstico poderia significar proteção; as criadas atendiam à execução de serviços e à obediência e, em troca, recebiam proteção dos patrões (SOUZA, 2012).

Nessa relação de cordialidade, a proximidade dada no convívio com a patroa e sua família envolve trabalhos excessivos, maus - tratos, suspeitas, acusações, vigilância constante, punições injustas e toda sorte de violências físicas, sexuais e morais. Mema ressaltou esses aspectos no momento em que em algumas casas em que trabalhava, achava dinheiro e jóia debaixo da cama, pois suas ex-patroas achavam que ela iria roubar.

Nestas análises, verifica-se mais uma vez a existência do racismo, e como sua (re)produção ainda está relacionada ao período colonial escravocrata. É certo que sua manifestação possui outras aparências, mas a relação de exploração da mulher negra no cotidiano continua arraigada a um cenário de subordinação.

Conforme os depoimentos dessas mulheres, as manifestações racistas não ocorrem somente no trabalho, mas também nas relações afetivas, familiares, educacionais, nos serviços públicos, entre outras interações sociais.

Por exemplo, quando lhe foi perguntado sobre a vida afetiva, Nina respondeu:

Eu comecei namorar eu tinha dezoito anos, o meu namorado era filho de húngaro, que é pai do filho que eu tenho de 43 anos. O pai dele é húngaro. Lá da Hungria. E eles não aceita a raça negra, então ele ficou na dele e eu fiquei na minha, eu criei meu filho sozinha. Entende? Mas o fundamento foi esse, que os pais dele não aceitava, não me aceitaram porque eu era negra, né.

Contudo, quando lhes foi perguntado sobre o que pensavam acerca das questões raciais hoje, eis as respostas:

Eu penso assim né, o nosso Brasil tá bem dividido, se vê que vem gente de fora, o haitiano. No centro mesmo aonde eu trabalho tem bastante que trabalha como vendedor ambulante. E acho que isso aí é muitas pessoas que carrega uma coisa sem fundamento, o racismo. Porque querendo ou não a gente tem a cor da pele diferente, mas a gente é tudo ser humano, vai tudo pro mesmo lugar, é tudo filho de Deus. (JAMILA).

Acho muito chato. Porque a gente não é ninguém meu pra discriminar o outro. Só porque é dos olhos verdes pele clara, do cabelo liso e loiro. Acha que o que ele come, a gente não pode comer? O que ele bebe, a gente não pode beber? O que ele vesti, a

gente não pode ter? Então não pode ter isso no mundo. Cada um nasceu com sua cor porque foi um dom de Deus. Que Deus deu. A minha cor é preta, mas eu me sinto muito bem, muito orgulhosa da minha cor. Não tenho preconceito. Eu vejo até artista sendo preconceituoso por causa da outra pessoa ser artista e seu negra. Cor negra é muito linda, não tem essa. Ser discriminada pela sua pele. O que corre na veia dele, corre na minha. E se um dia precisar de um órgão de um preto? Não é nós da cor que vai socorrer ele?! Então , fica por esta questão (DALILA).

De sai assim , senta em algum lugar e a pessoa olha por causa que a gente é preta né. Vai senta num banco de um ônibus a pessoa já olha de rabo de zoio, da vontade de fala porquê eu sou preta? não que senta do lado de mim eu penso isso né?!(MEMA).

Ah! O que eu penso, que as pessoas têm que respeitá cada um a sua maneira da sua cor e que todos os negro brigasse por seu direito, pra se doutor, prefeito, presidente e por aí vai. Eu acho que direito e dever é dever. Eu acho que nós negro, temos direito do mesmo do branco, azul, vermeio, num importa a cor que seja, eu sei que nós tem um Deus só, nós temo que respeita que temos um Deus só e ele faz por todos nós. Então o máximo que nós temos que fazer é respeita o direito do outro. Porque o seu direito só termina quando o do outro começa e o seu só começa quando o direito do outro termina. Como não termina você tem todo o direito e dever de ir e vim pra onde você quiser, principalmente faculdade.Tem que toma jeito esse povo da faculdade aí, dessas grandes escolas particular e mistura todo mundo. Porque não samos nós de bairro que tem preconceito, são os grandes que tem preconceito, vem de lá. Porque se a faculdade tem dois, três negros em cada sala é porque o preconceito está ali dentro, dentro da educação. Se ta no posto tem preconceito, ta lá dentro!.Porque quando ele estuda é preparado pra entra la dentro, tem que pega dois , três e mistura, misto ali dentro, porque ai a qualidade de vida de todo mundo melhora.Porque ai sim vai melhorar...se é os grande, é o poder público, é a educação, é a saúde.É essas coisa ai que tem que toma providência, ai fica os pequeno lutando pelo direito, enquanto eles lá não tão.Não sabem faze isso.Pega uma lista lá em tal sala, vai entra meia dúzia de negros, tem que coloca todos eles.Ai uns vira bandido, outros mora na rua, você pode vê quanto mora na rua, quantos loro e quantos preto mora na rua. Quantos branco e quantos preto mora no bairro perigoso? Entendeu? Gente é incrível como pode fazer isso. No mercado da pra conta os preto que tem lá dentro trabalhando. É tudo lorinho do cabelo de farmácia e por aí vai.E realmente as pessoas torna ir lá na farmácia pra clarear o cabelo e se junta aquela turma pra não vê que ele não é menor do que o branco. Mais isso é vida é saúde? Eu acho que não, eu acho que tem que ser igual, tem que ser respeitado, que loro, preto, branco e amarelo e vamos viver, porque o mundo é nosso é de todo mundo (AMALI).

Quatro situações mostram o que pensam do racismo nos dias atuais, fatos que revelam a dor e a impressão do problema de quem sofre tal violência racista e de quem pensa ser algo ultrapassado e que deveria ter sido banido dos pensamentos sociais há muito tempo. Esses são os retratos das mulheres que pacientemente apontaram suas indignações e que, de algum modo, expressaram o mal e a ferida causado pela discriminação racial.

Os pensamentos nesses níveis, sobretudo de Amali, esperam um compromisso do poder público, ou seja, dos serviços públicos, como educação e saúde e da sociedade civil que por vezes negam a presença da negritude. É preciso afirmar que o negro e a negra existem, para que, assim como foi relatado, a submissão ao código do comportamento tido como branco concretize a figura racista criada pela mistificadora democracia racial brasileira, do “ negro de alma branca”, por exemplo: *“E realmente as pessoas torna ir lá na farmácia pra clarear o cabelo e se junta aquela turma pra não vê que ele não é menor que o branco”*.

Para algumas dessas mulheres, o pensamento avança, então, em direção à construção de sua identidade enquanto mulher negra, para que, assim, alcance a autoestima desejada para ao mesmo tempo se aceitar como um corpo negro, uma pessoa negra que diariamente vivencia ou evidencia casos de discriminações por ser negra e/ou mulher.

Exemplos desse avanço de pensamento podem ser verificados a partir nesses relatos sobre o que é ser mulher.

É uma pessoa que tem que batalhar pelo que quer. E ter o seu lado delicado também. Tem que ter o lado dona de casa. Não só o trabalho, tem que ter o lado família. Não deixar o emprego tomar conta de tudo. É ter a parte do lazer também (ARETA).

As mulher hoje, a gente tem orgulho de se mulher, orgulho danado. Mulher batalhadora, se entra num ônibus tem mais mulher que homem, hoje nós tem nosso direito. Óia que lindo que ta, as mulher arrumada, ter direito de ir onde ela quiser, não tem coisa mais bonita. Hoje é minoria né que sofre né, hoje nós somos a maioria que temo a autoestima levantada. Hoje acho que a maioria que sofre violência que traz aquela coisa de família, eu acho que tem muito isso aí. Família, tradição de família(AMALI).

Ser mulher é ter cabeça, pensa coisa boa, não pensa coisa ruim né , porque tem certa coisa que atrapalha a mente da gente, uma droga, cigarro vício né. Porque tem mulher que só que saber de bebe e fuma, porque fumar acaba com a vida da gente né , porque se você não bebe nem fuma , não fica no crime é uma mulher (SAFI).

Diferentes são os discursos em relação aos avanços voltados às mulheres, olhares e dizeres de uma subjetividade feminina essencializada, ligada ao corpo, à maternidade, a reprodução e condicionada às especificidades de contextos históricos particulares a cada uma. Isso se deve as estruturas de nossa sociedade, construídas sob os moldes sexista e patriarcal que submeteram a mulher ao âmbito privado e não social. Entretanto, quando é ressaltado o quanto é bonito ser mulher a grande maioria, cita os avanços rumo emancipação da mulher tanto da classe média quanto das periferias.

Essas relações que por vezes, são intergeracionais, aprisionam diferentes grupos de mulheres nas condições de violência, discriminações e desigualdades; mulheres que, por falta de um empoderamento, mantêm -se inertes sob domínio do outro.

Essas discussões perpassaram todos os capítulos deste trabalho, problema visível ao olhos de toda a sociedade. Pergunta-se em que momento esses debates atingiram as populações que mais sofrem os efeitos desses fenômenos sociais? Indivíduos que se encontram nas encostas das cidades, nas periferias, onde a maioria da população é negra? Ao percorrer os bairros investigados para esta construção científica, notou-se que há uma ausência de ações coletivas e políticas em torno de diferentes fragilidades, discriminações, vulnerabilidades, ou seja, desproteções sociais evidenciadas na região.

Há casos e casos de situações sociais de desigualdades e discriminações, marcadas por racismo e sexismo; mulheres que sofrem, mas não esmorecem, não porque não querem e sim porque não há como esmorecer. Famílias inteiras dependem da sua força de trabalho precário, nas casas de muitos senhores e senhoras da sociedade londrinense. São mulheres violentadas e discriminadas tanto no âmbito privado quanto no público.

Foram observados vivências, relatos e experiências de mulheres em desvantagem de oportunidades e direitos, mas que sobrevivem as essas adversidades da vida, carregando em seus ombros o peso do racismo e sexismo que, no decorrer de sua trajetória, determinou onde era o seu lugar. Essa mulher, mãe preta, mucama e por muitas vezes, mulatas deu seu grito de alerta para que todos vejam que todas as mulheres negras, assim como ela, têm seu valor. Mesmo que a dor seja grande, a violência diária e a condição de vida precária, a luta e a resistência são os melhores instrumentos de enfrentamento à discriminação racial e de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tudo que foi mencionado nesta pesquisa, nesta investigação sociológica que ocorreu na região oeste de Londrina, especialmente nos bairros: João Turquino e Jardim Maracanã, teve o intuito de compreender as formas como o racismo e o sexismo se (re)produzem nas interações sociais em que as mulheres negras estão inseridas, faz-se necessário, portanto, que todos (as) se conscientizem de que esses problemas sociais interferem habitualmente nas suas relações sociais.

Tais aspectos fazem parte de uma construção histórica e social de cada uma dessas mulheres, assim como de toda a população negra. Através do desenvolvimento social, político e econômico, esses elementos tomaram diversas formas, porém não deixaram de fazer parte do dia a dia desses sujeitos.

As mulheres negras da região oeste de Londrina enfrentam situações sociais de desigualdades e de discriminações racistas e sexistas. Essa foi a constatação. Segundo diferentes estudos referentes às mulheres negras, tais fenômenos transitam constantemente nos seus cenários sociais, tornando –se o cotidiano simples e forte da mulher negra.

Oito mulheres relataram suas experiências invisibilizadas e negligenciadas pela discriminação e desigualdades; retrato das condições de vida de algumas mulheres negras de Londrina, resilientes de uma ocupação urbana em meio a violência, estigmas, exclusões e pobreza.

Amali, Areta, Dalila, Jamilla, Mema, Sabah e Sade são nomes fictícios utilizados para identificar essas mulheres que, gentil e prontamente, concederam informações preciosas para que este trabalho acontecesse, numa tentativa de corresponder ao objetivo traçado desde a elaboração do projeto de mestrado.

Os depoimentos confirmaram os pressupostos deste trabalho: foi as relações raciais, assim como as relações de gênero, são construídas nos espaços privados e públicos, e por isso são vividas diferencial e desigualmente por homens e mulheres, qualificando uns de masculino e outros de feminino, e de negros e brancos.

Em sua interconexão essas relações acrescentam cargas adicionais às mulheres negras, visto que interações sociais complexas pronunciam a discriminação racial, por parte de mulheres e de homens brancos, e de gênero por parte de homens negros e brancos. Esse processo aprisiona a mulher negra, em um cenário de pobreza, desemprego, baixa escolarização, maus tratos físicos e mentais, ausência de direitos e pouca participação na busca por melhor estrutura do bem estar social.

Portanto, neste trabalho, a riqueza dos fatos e relatos corroboraram a compreensão de que o racismo e o sexismo se (re) produzem nas interações sociais das mulheres negras do João Turquino e Jardim Maracanã.

Contar com as narrativas de experiências específicas a cada uma dessas mulheres, foi o que trouxe toda a riqueza para essa investigação. Essas mulheres, mesmo com endereços e escolhas diferentes, acabam sendo identificadas da mesma maneira, devido à (re) produção do racismo e do sexismo que ronda suas vidas diariamente.

Estas experiências foram a matéria prima que transformou um mero exercício acadêmico em um anseio apaixonado de produção do conhecimento. Vivências de mulheres negras que, unidas aos pensamentos teóricos, converteram-se em saber racional e emocional que poderá ser utilizado para reflexão de futuros(as) estudiosos(as) na área também, pela própria comunidade aqui investigada.

As situações sociais aqui discutidas confirmam a presença desses dois marcadores sobre as quais, muitas vezes, refletimos, na academia e nos movimentos sociais, a fim de enfrentar e combater as discriminações e desigualdades de gênero e raça, que ainda interferem nas interações sociais de muitos segmentos raciais e sociais, sobretudo da mulher negra, que, diante de todas as dificuldades, vulnerabilidades e desproteções, dentro de suas possibilidades, se propõe a mudar o cenário social estruturado no racismo e sexismo em que está inserida.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Faces da desigualdade de gênero e raça no Brasil**. Org: Alinne de Lima Bonetti...[et al] -. Brasília: IPEA, 2011.160 p.
- BRASIL. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [et al]. 4ª ed. Brasília: IPEA, 2011.
- BRASIL. **O Sistema de Indicadores de Percepção Social. Tolerância social à violência contra as mulheres**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [et al] – 2º Ed. – Brasília: IPEA, 2014.
- BRASIL. **Dossiê das Mulheres Negras. Retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**.Org: Mariana Mazzini Marcondes ... [et al].- Brasília : Ipea, 2013. 160 p.
- CARNEIRO.S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo. Ed. Selo Negro, 2011.
- CARLOTO.C;MARIANO.S. Gênero e Combate à Pobreza no Programa Bolsa Família. **Faces da desigualdade de gênero e raça no Brasil**.Org: Alinne de Lima Bonetti...[et al] -1ª Ed.-Brasília: IPEA,2011.p.61 – 78.
- CRENSHAW, K. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Estudos feministas, ano 10, v. 172, 2002. Brasília: Ipea, 2002.
- FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**, Vol. 2. São Paulo: Globo.1978.
- GELEDÉS.**Guia de enfrentamento do racismo institucional**.Org:Geledés – Instituto da Mulher Negra e Cfemea – Centro Feminista de Estudos e Assessoria, 2013.
- GUIMARÃES, A.S. **A Discriminação e preconceito raciais. Notícias e reflexões sobre discriminação racial**. 2ªedição – São Paulo. Ed. Unesp, 2011. 250p
- GUIMARÃES, A.S. **Racismo e Anti – Racismo no Brasil**. São Paulo; Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, 1999.
- GUIMARÃES, N. **Desafios da equidade: reestruturação de gênero e raça no Brasil**. Cadernos Pagu, n. 17-18, p. 237-266, 2002.
- GONZALEZ, L. **Mulher negra**. Morgan State University (Baltimore, 9-12/agosto/1984.
- HASENBALG, Carlos. **Discriminação e Desigualdades no Brasil**. 2 ed. Belo Horizonte: Humanitas, 2005.

LANZA,F; BETTIOL,M,L.**Fundamentos para investigações com fontes orais: contribuições epistemológicas para a pesquisa em ciências humanas e sociais.**Interfaces entre a Religião e Política em Londrina.Fabio Lanza...[et. al.] – Londrina : UEL, 2013.150 p. : il. (Coleção Sociedade e Religiosidades).

LIMA, M; RIOS, F; FRANÇA, D. **Articulando Gênero e Raça: A Participação das mulheres negras no mercado de trabalho (1995 – 2009).**Dossiê das Mulheres Negras. Retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil Org: Mariana Mazzini Marcondes ... [et al.].- Brasília : Ipea, 2013.

MOORE, Carlos. **Racismo e Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo.** Belo Horizonte: Mazza edições, 2007.

MOURA, Regina. **Uma história sem história: considerações sobre o feminino.** 2008. Disponível em: <http://www.historiainagem.com.br/edicao7setembro2008/feminino.pdf>. Acesso em: 3 ago.2015.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O Negro no Brasil de Hoje.** Belo Horizonte: Global, 2006.

OLIVEIRA, L.E.; PORCARO e COSTA, T.; **O lugar do negro na força de Irabalho.** Rio de Janeiro, IBGE, 1985.

PAIXÃO,M.;GOMES,F.**Histórias das diferenças e das desigualdades revisitadas: notas sobre gênero, escravidão, raça e pós- emancipação.**Mulheres negras no Brasil Escravista e do Pós- Emancipação.Giovana Xavier, Juliana Barreto Farias, Flávio Gomes (orgs). São Paulo: Selo Negro, 2012.

RATTS, A. **Eu sou atlântica sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento.**São Paulo: Instituto Kuanza & Imprensa Oficial. 2006.

RIBEIRO, M. **Mulheres negras brasileiras: de Bertioga a Beijing.** Revista de Estudos Feministas, vol. 3, nº 2, 1995

ROMIO, J.A.F. **A vitimização de mulheres por agressão física segundo raça/cor no Brasil.**Dossiê das Mulheres Negras. Retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. organizadoras: Mariana Mazzini Marcondes ... [et al.].- Brasília : Ipea, 2013

SANCHES,S.**Trabalho doméstico: desafios para o trabalho decente.Facesda desigualdade de gênero e raça no Brasil.**organizadoras: Alinne de Lima Bonetti...[et al] -1ª Ed.-Brasília: IPEA, 2011.p.95-110.

SECRETARIA DE ASSITÊNCIA SOCIAL DE LONDRINA. **Diagnóstico Territorial do Centro de Referência a Assistência Social da Região Oeste A.** Londrina, 2011.

SECRETARIA DE ASSITÊNCIA SOCIAL DE LONDRINA. **Diagnóstico Territorial do Centro de Referência a Assistência Social da Região Oeste A.** Londrina, 2015.

SCHRAIBER, L.B. [et al]. **Violência dói e não é direito. A violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos** – São Paulo: Editora UNESP, 2005.

SCHUMAHER, S; VITAL. BRAZIL, E. **Mulheres Negras do Brasil**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007. 496 p.

SOUZA, S.N. **Tornar-se negro ou As Vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

ANEXOS

ANEXO A

Roteiro de Entrevista.

A - IDENTIFICAÇÃO.

- 1 - Nome
- 2 - Idade
- 3 - Estado Civil
- 4 - Filhos/as
- 5 - Cor

B - TRAJETÓRIA EDUCACIONAL.

- 6 -Qual sua escolaridade?
- 7 - Estuda atualmente?Se sim, qual o ano, curso ,etc.?
- 8 - Por que parou de estudar?
- 9 - Você vivenciou alguma experiência escolar boa ou ruim por causa de sua cor?
Se sim, você pode descrevê-la?
- 10 - Qual foi o papel de seus/suas professores/as em relação à sua cor?
- 11 - Você vivenciou alguma situação de violência escolar por ser mulher?
- 12 - E por ser negra?
- 13 - Você acredita que a questão de cor/raça tenha influenciado em suas relações escolares?

C - TRAJETÓRIA PROFISSIONAL.

- 14 - Qual é sua profissão?
- 15 - Você trabalha? Em quê?

- 16 - Você trabalha registrada ou por dia?
- 17 - Trabalha quantas vezes por semana?
- 18 - Qual sua renda mensal?
- 19 - Como você se sente em seu trabalho?
- 20 - Você já vivenciou a discriminação racial em seu trabalho?
- 21 - Você já teve dificuldades para encontrar trabalho por causa de sua cor?
- 22 - Você já perdeu um emprego por causa da sua cor?
- 23 - Como é sua relação com seus colegas de trabalho?
- 24 - Já sofreu algum tipo de violência no seu trabalho?
- 24.1 - Se sim, descreva a situação.
- 25 - Como é sua relação com seus chefes e superiores?
- 26 - Você acredita que a cor das pessoas podem influenciar nas suas relações pessoais?

D - TRAJETÓRIA NO BAIRRO.

- 27 - Tipo de moradia.
- 28 - Você é proprietária, inquilina ou cessionária de sua residência?
- 29 - Desde quando você mora neste bairro?
- 30 - O que você pensa sobre o bairro onde mora?
- 31 - Você se sente segura no bairro onde mora atualmente?
- 32 - Você encontra dificuldade em morar neste bairro?
- 33 - Quais dificuldades?
- 34 - Você já vivenciou algum tipo de discriminação por causa de sua cor/raça no bairro onde mora atualmente?

35 - Se sim, você poderia descrever a situação?

36 - Você já vivenciou algum tipo de violência no bairro onde mora atualmente?

37 - Se sim, você poderia descrever a situação?

E - TRAJETÓRIA FAMILIAR.

38 - Você viveu com seus pais durante toda sua infância?

39 - Se não, morou com quem?

40- Como foi sua infância?

41 - Você já foi discriminada quando criança por causa de cor?

42 - Se sim, em qual situação?

43 - A questão racial ou de cor era discutida em seu ambiente familiar?

44 - Como foi a sua vida em família?

45 - Você teve algum apelido quando era criança por causa de sua cor/

46 - Se sim, qual a sua reação?

47 - Quem realizava as tarefas domésticas em sua casa?

48 - Você vivenciou algum tipo de violência quando era criança?

49 - Se sim, poderia descrevê-la?

50 - Qual a avaliação que você faz de sua situação atual e de seus pais? Melhorou ou piorou? Por quê?

F - EM RELAÇÃO A SEUS(SUAS) FILHOS(AS).

51 - Como seus/suas filhos(as) vivem a questão da cor/raça?

52 - Você conversa com eles(as) sobre esta questão?

53 - Seus/suas filhos(as) já sofreram algum tipo de preconceito por causa da cor?

54 - Você acredita que a questão racial pode influenciar a educação de seus/suas filhos(as)?

55 - Como você percebe a sua relação com a escola de seus/suas filhos(as)?

56 - Você já vivenciou algum tipo de discriminação por causa de sua cor/raça na escola de seus/suas filhos(as)?

G - TRAJETÓRIA DA VIDA SOCIAL.

57 - Como é sua vida social? Poderia descrevê-la?

58 - Você tem amigos(as) com os(as) quais pode contar a todo instante?

59 - Você acredita que a cor das pessoas possa influenciar em suas relações de amizades?

60 - Qual seu lazer preferido e como vivencia?

61 - você participa de alguma associação esportiva, clube ou associação de bairro?

62 - Você participa de algum movimento popular ou partido político?

63 - Você participa de movimento ou grupo de mulheres?

64 - Você participa de alguma instituição do movimento negro ? Se sim, qual?

65 - Você tem religião? Se sim, qual?

66 - Como a religião influencia sua vida?

67 - Você acredita que a cor/raça influencia suas relações cotidianas na instituição que participa?

68 - Você frequenta outros bairros em busca de lazer?Quais?

H) TRAJETÓRIA DA VIDA AFETIVA.

69 - Você poderia falar de suas relações afetivas?

70 - Você já teve namorados/companheiro brancos ou somente negros?

71 - Você acredita que a cor pode influenciar a relação afetiva?

72 - Você já encontrou alguma dificuldade relacionada à questão racial/cor em suas relações afetivas?

73 - Se sim, por quê?

74 - Qual a cor de seu conjuge/companheiro?

75 - Você já vivenciou alguma situação de violência em sua relação afetiva?

76 - Se sim, você poderia descrevê-la?

77 - Você e seu companheiro/cônjuge dividem as tarefas domésticas?

78 - Se sim, quais?

I) SAÚDE.

79 - Você poderia falar de sua saúde?

80 - O que você faz para manter sua saúde física e mental?

81 - Você acredita que a raça/cor pode influenciar o diagnóstico ou tratamento de um médico(a), enfermeiro(a)...?

82 - Você já passou por alguma situação parecida?

83 - Se sim, qual foi a sensação?

J) SOBRE A QUESTÃO DE GÊNERO E RAÇA.

84 - O que você pensa sobre a questão racial em seu cotidiano?

85 - Você já vivenciou alguma situação de violência por ser negra?

86 - Se sim, pode descrevê-la?

87 - E esta violência ocorreu em lugar público ou privado?

88 - Este tipo de violência ocorre com frequência?

89 - Você acredita que se não fosse negra a violência não teria ocorrido?

90- Você já vivenciou alguma situação de violência por ser mulher?

91 - Se sim, pode descrevê-la?

92 - E esta violência ocorreu em lugar público ou privado?

93 - Este tipo de violência ocorre com frequência?

94 - Você acredita que se não fosse mulher a violência não teria acontecido?

95 - Para você o que é ser mulher?

96 - Para você o que é ser mulher e negra?

ANEXO B

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Eu _____
(nome completo por extenso) RG: _____, concordo em colaborar para a realização da pesquisa “ Mulheres negras da região oeste de Londrina: situações sociais de desigualdades e discriminações racistas e sexistas”, realizada por Mônica Dias Ribeiro , aluna do programa de Pós graduação em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Londrina. A pesquisa tem como objetivo levantar dados referentes a investigação de como o racismo e o sexismo interferem nas interações sociais no cotidiano das mulheres negras da região oeste de Londrina, precisamente dos bairros João Turquino e Jardim Maracanã.

Minha colaboração consiste em conceder uma entrevista sobre o problema e, se possível, fornecer dados sobre a violência e desigualdade. Autorizo que sejam feitas anotações em papel ou que a entrevista seja gravada.

Estou ciente que na publicação dos resultados desta pesquisa, minha identidade será mantida ao mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificar-me. Terei absoluta liberdade de retirar o meu consentimento a qualquer momento e deixar de participar da pesquisa. Haverá garantia de receber esclarecimentos a qualquer dúvida relacionada com a pesquisa e poderei solicitar informações sobre os resultados do estudo quando julgar necessário.

Londrina ____ de _____ 2015.

Assinatura da participante

ANEXO C



Universidade Estadual de Londrina

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
CENTRO DE LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS:

_____, _____ de _____ de _____.

Eu, _____, (nacionalidade) _____, possuidor da carteira de identidade número _____ - ____, declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, concedida no dia ____ de ____ de _____, a pesquisadora Mônica Dias Ribeiro vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Mestrado, à pesquisa “Mulheres negras da região oeste de Londrina: situações sociais de desigualdades e discriminações racistas e sexistas” para usarem-na integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e citações. Da mesma forma, autorizo a terceiros a sua audição e o uso do texto final oriundo da transcrição que estará registrado e disponível no CDPH (Centro de Documentação e Pesquisa Histórica) da UEL.

Abdicando de direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente.

Assinatura do entrevistador

Assinatura do entrevistado

ANEXO D

**Universidade Estadual de Londrina**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
CENTRO DE LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS:

_____, _____ de _____ de _____.

Eu, _____, (nacionalidade) _____,
possuidor da carteira de identidade número _____ - ____, declaro para os
devidos fins que cedo os direitos de imagem, concedida no dia ____ de ____ de
_____, a pesquisadora Mônica Dias Ribeiro vinculado ao Programa de Pós-
Graduação em Ciências Sociais – Mestrado, com a pesquisa “ Mulheres negras da
região oeste de Londrina: situações sociais de desigualdades e discriminações
racistas e sexistas” para uso sem restrições de prazos e exposições.

Abdicando de direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente.

Assinatura do entrevistador

Assinatura do entrevistado